

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 23.159 • 26 PÁGINAS • R\$ 5,00

Ação da Casas Bahia cai a R\$ 0,44

CEO da empresa, Renato Franklin disse, ontem, que a companhia passou a enfrentar um cenário econômico “diferente” a partir de abril e citou o conflito entre EUA e Irã, alta do petróleo, juros e inflação para explicar as dificuldades. “A evolução operacional não foi suficiente para bancar todos os passivos que temos no curso financeiro”.

PÁGINA 7

Ed Alves/CB/D.A Press



Loja em Taguatinga é uma das 298 fechadas: demissão e clientes perplexos

Petróleo

Confirmado oficialmente

O presidente Lula visitou, ontem, o poço de exploração, no Amapá, ao lado de Davi Alcolumbre, presidente do Congresso. PÁGINA 8

Internet

Discord paralisa lives

Plataforma parou transmissões ao vivo atendendo ordem de autoridades brasileiras. PÁGINA 6

Ed Alves/CB/D.A Press



A educação será prioridade

Ex-governador e ex-senador, Cristovam Buarque (PSB) volta às urnas, após um hiato de 8 anos, para concorrer a deputado federal. Em sabatina no *Podcast do Correio*, ele detalhou metas para um eventual mandato.

Ed Alves/CB/D.A Press



Um olhar para a segurança

Candidato a vice governador de Kiko Caputo (Novo), o delegado da PCDF Rafael Sampaio expôs, no *CB.Poder*, projetos para o setor, como vigilância por câmeras. Moradores em situação de rua é outra preocupação.

"Urna eletrônica é referência", diz Marques a embaixadores



Alvo de críticas de autoridades dos EUA e também de políticos brasileiros, o sistema eletrônico de votação foi tema do encontro do presidente do Tribunal Superior eleitoral (TSE), ministro Nunes Marques, com diplomatas, ontem. “O Brasil tornou-se, ao longo das últimas décadas, uma referência mundial na realização de eleições”, disse o magistrado, reafirmando que a tecnologia brasileira “é referência mundial em segurança e eficiência”. Os representantes estrangeiros conheceram os mecanismos das urnas, segundo Marques, desenvolvidos “de forma séria, segura e transparente”. Os embaixadores foram chamados para outro encontro, para conhecerem os planos de enfrentamento do uso de inteligência artificial na campanha.

Luiz Roberto/TSE



O evento do TSE com embaixadores ocorre após o Brasil barrar diplomatas dos EUA que viriam analisar as urnas

• “Deepfakes” entram hoje na pauta dos ministros do TSE

• Anote: dia 1º, Correio e TV Brasília realizam debate para o GDF

• Voto de negros e pardos será maioria em 4 de outubro

EUA ameaçam atacar o aliado Omã

Donald Trump avisou: “Se Omã se meter no caminho, vamos bombardear essa p... toda”. O republicano acenou que não vai tolerar a interferência do sultanato em acordo para o controle do Estreito de Ormuz, via por onde passam 20% do petróleo mundial. Janela de 60 dias de negociações com o Irã fechou, ontem, sem êxito.

PÁGINA 9

Canetinha brasileira

Anvisa aprova o registro do primeiro medicamento contra obesidade e diabetes, do laboratório EMS, que pode custar menos que R\$ 250.

PÁGINA 6

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Religiosidade — Na Biblioteca Nacional, a exposição *Olhar Ancestral*, do fotógrafo Luan Brasil, reúne imagens do sagrado e da coletividade no terreiro de candomblé onde nasceu, em Brasília. PÁGINA 18

Celular afeta fala

O uso excessivo de smartphones pelos pais pode afetar o desenvolvimento da linguagem nas crianças, mostra um estudo da Universidade de Oslo, na Noruega.

PÁGINA 12

@dutrafotos



Em nome do avô

Um dos heróis do acesso do Gama à Série C, o meia-atacante Renato Soares emociona o elenco ao dedicar a classificação a Valdinar Soares, que morreu no ano passado.

PÁGINA 19

Dino afasta presidente do TCE do Maranhão

Por determinação do ministro Flávio Dino, do STF, o chefe do Tribunal de Contas do Estado, Daniel Itapary Brandão, foi retirado do cargo por 180 dias. Ele é investigado pela Polícia Federal, que solicitou a medida ao Supremo.

PÁGINA 5

A natureza é arte



Exposição Selva elétrica, na Caixa, tem instalação sonora de Vivian Caccuri, baseada em uma espécie ancestral de mosquito.

PÁGINA 22





TSE blindará eleições de futuros ataques

Tribunal reúne embaixadores e diplomatas para salientar que o sistema de votação é seguro e exprime, com exatidão, a escolha da sociedade. Corte age preventivamente às campanhas internas e externas de colocar em xeque a lisura do resultado

» FABIO GRECCHI
» ARMANDO HOLANDA

O Tribunal Superior Eleitoral passou à ofensiva e, ontem, defendeu a lisura das urnas eletrônicas diante de representantes de outros países acreditados no Brasil. A Corte tenta se antecipar às iniciativas de colocar em xeque o sistema de votação e as eleições de outubro. O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, garantiu que a tecnologia brasileira é referência mundial em segurança e eficiência.

“O Brasil tornou-se, ao longo das últimas décadas, uma referência mundial na realização de eleições. A vanguarda entre as democracias representativas contemporâneas é resultado da contínua e paulatina construção de um processo eleitoral eficiente, ancorado em normativos modernos e sistemas tecnológicos capazes de garantir a transparência, segurança e credibilidade das eleições, visando, sobretudo, a plena vontade das cidadãs e cidadãos”, garantiu.

Técnicos apresentaram informações sobre os mecanismos para garantir a segurança e a integridade da votação. Houve exposições do ministro Dias Toffoli; da secretária da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, Juliana Sesconetto; da assessora-chefe da Gestão de Identificação do TSE, Marília Loyola; do secretário de Tecnologia da Informação do tribunal, Julio Valente; e do assessor especial de Enfrentamento à Desinformação, Frederico Alvim.

Embaixadores e diplomatas foram convidados para uma reunião, futuramente, sobre a segurança da urna. Nesse novo encontro, os técnicos do TSE também devem apresentar os planos de contingência contra o uso de inteligência artificial na campanha eleitoral.

“A produção de vídeos e áudios que visam manipular ou disseminar conteúdos capazes de enganar o eleitorado, distorcer o debate público, ou comprometer a livre formação da vontade política são uma triste realidade desta década”, lamentou o ministro.

Segundo Nunes Marques, as plataformas digitais também se comprometeram em participar de uma sala de situação na Corte no primeiro e no segundo turno do pleito. As empresas também se comprometeram a entregar ao TSE planos de conformidade para as eleições.

Leobark Rodrigues/TSE



Nunes Marques (ao centro) na sessão com embaixadores e diplomatas. Encontro também serviu para atender ala do TSE preocupada com ações para desacreditar o sistema de votação



O Brasil tornou-se uma referência mundial na realização de eleições. A vanguarda entre as democracias representativas contemporâneas é resultado da contínua e paulatina construção de um processo eleitoral eficiente, visando a plena vontade das cidadãs e cidadãos”

Ministro Kassio Nunes Marques, presidente do TSE

» Centro traz imprensa para dentro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inaugurou, ontem, o Centro de Divulgação das Eleições, na sede da Corte, em Brasília. O espaço atenderá jornalistas e profissionais da comunicação, do Brasil e do exterior, para divulgação dos resultados do pleito de outubro. Segundo o presidente, Kassio Nunes Marques, o objetivo é que o espaço se torne um ambiente de diálogo, onde “a transparência e o acesso à informação não encontrem qualquer obstáculos”. O ministro acrescentou que o trabalho da imprensa aumenta a credibilidade e a transparência das eleições. “A Justiça Eleitoral tem na imprensa uma aliada, por compartilhar com ela a paixão pela democracia e pela informação de qualidade”, disse.

“Nos planos apresentados, constam as medidas, os procedimentos e os mecanismos que serão adotados para prevenir e enfrentar situações capazes de comprometer a integridade do processo eleitoral. Para além disso, todas (as plataformas) assumiram o compromisso de, nos finais de semana em que ocorrerão o primeiro e o segundo turnos, enviar representantes ao TSE para participar de uma sala de situação voltada a impedir a disseminação de publicações que visem interferir na vontade do eleitor no momento mais crítico da eleição”, frisou Nunes Marques.

Descrédito

A iniciativa do TSE vem no momento em que crescem as suspeitas de que o governo norte-americano tentará influenciar a eleição presidencial em favor do candidato Flávio Bolsonaro (PL), cujo irmão Eduardo, que mora nos Estados Unidos, mantém vínculos com alas extremistas que cercam o presidente Donald Trump.

Em sabatina realizada em 21 de julho, que contou também com representantes diplomáticos, o filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro colocou em dúvida a lisura do sistema de votação — disse que as urnas eram fabricadas pela empresa venezuelana Smartmatic. O TSE o desmentiu.

Além disso, a recente filiação irregular de Flávio ao Missão — desfeita pelo tribunal — o levou, em vídeo, a afirmar que o “sistema” tentava prejudicá-lo. Isso serviu para que seus apoiadores fossem às redes sociais atacar as urnas e o sistema de votação.

Antes, porém, o governo brasileiro negou os vistos de entrada no país de dois funcionários do Departamento de Estado dos EUA: Samuel Samson (secretário-adjunto) e Riley Barnes (subsecretário para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho). Segundo reportagem do *The Washington Post*, o objetivo de ambos era elaborar um relatório colocando em dúvida a lisura do pleito brasileiro. A pauta da dupla era

“integridade eleitoral, liberdade religiosa e liberdade de expressão”.

Para o encontro de ontem no TSE, a embaixada dos EUA — chefiada interinamente por Kimberly Kelly, ministra-conselheira da Embaixada e Consulado no Brasil —, foi convidada a participar. A Corte não disse se alguém compareceu — 91 países foram representados.

A reunião estava prevista desde maio, quando Nunes Marques tomou posse na Corte. Atendeu, ainda, a uma demanda interna do TSE, pois uma ala da Corte está preocupada com o poder de interferência de fora do Brasil no processo eleitoral. Mas a área internacional do tribunal também foi procurada pela Embaixada dos EUA para discutir a visita de Samson e Barnes, cujos vistos foram negados.

Em 16 de julho, Nunes Marques reuniu-se com 25 embaixadores para explicar o sistema de votação, em encontro promovido pelos diplomatas. Já ali ele falou da segurança do processo.

Reunião pode decidir sobre “deepfake”

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se reúnem, hoje, para tirar um consenso a respeito de vídeos de inteligência artificial (IA) que se encaixariam na categoria das “deepfakes”. A polêmica foi aberta pela inserção, na convenção nacional do PL, de um avatar de Jair Bolsonaro referendando a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro (RJ). O encontro entre os sete titulares da Corte seria na quinta-feira passada.

Depois do consenso sobre

“deepfake” é que o TSE julgará a ação da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) contra o vídeo. Na convenção do PL, os participantes assistiram a um avatar de Bolsonaro. Na gravação, afirmava que estava preso e dizia que aquela era uma simulação. O conteúdo continha tarjas e avisos informando que fora produzido por IA.

OPT recorreu ao TSE e questionou a legalidade da peça. A defesa da campanha de Flávio salientou

que “o elemento juridicamente decisivo deve ser a capacidade concreta de enganar, falsificar acontecimentos, atribuir manifestação inexistente ou obscurecer a natureza sintética da peça. E, no caso, o aviso inicial neutralizou a possibilidade de confusão sobre a materialidade do vídeo”.

Os advogados da campanha de Flávio ressaltaram, ainda, que “o avatar reclamado nada mais é do que a versão moderna e tecnológica daquilo que sempre foi usado

em eventos partidários e eleitorais, como bonecos de papel, imagens em cartazes e até em máscaras”.

O ponto central da discussão está no artigo 9º-C da resolução do TSE sobre propaganda eleitoral. A regra proíbe a utilização de conteúdo sintético produzido ou manipulado digitalmente para criar ou modificar imagem ou voz de pessoa com o objetivo de favorecer ou prejudicar candidatura ou partido.

Segundo a federação liderada

pelo PT, a imagem digital de Bolsonaro é “deepfake”. A federação ainda recorreu ao STF argumentando que o avatar descumpra a ordem judicial imposta ao ex-presidente de não divulgar manifestos político-eleitorais, inclusive por terceiros — conforme proibição de Alexandre de Moraes prolatada em 17 de julho. “(O vídeo foi) planejado para alcançar as milhares de pessoas presentes no evento e, paralelamente, incalculáveis espectadores e eleitores através

das transmissões ao vivo”, ressalta a representação.

A defesa de Flávio afirma, porém, que a ferramenta não requer autorização da pessoa cujo avatar será exibido. Sobre esse segundo argumento, Moraes cobrou da campanha do candidato do PL, em 28 de julho, explicações sobre se o ex-presidente autorizara a realização do vídeo. Isso porque, caso tenha concordado, violaria as regras da prisão domiciliar. (Fabio Grecchi)



Caiado intensifica os ataques contra Flávio

Ex-governador tenta se viabilizar junto ao eleitorado com o descolamento do bolsonarismo. Essa linha teria sido a razão para troca de marqueteiro na campanha

» RAPHAEL PATI
» LUIZA ALTOE
» FABIO GRECCHI

O candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado (PSD), intensificou as críticas ao rival Flávio Bolsonaro (PL). Desde domingo eles vinham trocando acusações sobre quem estaria “ajudando” mais o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na campanha à reeleição, mas, ontem, o ex-governador de Goiás partiu para o ataque com a ajuda do seu vice, Gilberto Kassab.

Flávio e Caiado começaram a se estranhar depois que Kassab afirmou, na semana passada, que o filho 01 tem “chance zero” de chegar ao Palácio do Planalto. Pelas redes sociais, o senador criticou os candidatos que se apresentam como representantes da direita, afirmando que esperava que todos estivessem contra o PT. O ex-governador não deixou barato.

“Realmente, eles estão desesperados. Não conseguem. Todo dia é um problema. Todo dia é uma explicação. É uma surpresinha todo dia”, afirmou Caiado, acrescentando que sua candidatura é independente e que sempre atuou contra a esquerda.

O ex-governador continuou no ataque. Numa entrevista ao canal MyNews, questionou a legitimidade de Flávio para representar o agronegócio. “Eu sou a raiz, eu não sou sabor agro”, ironizou Caiado, ao responder uma pergunta sobre as razões pelas quais parte do setor apoia o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro.

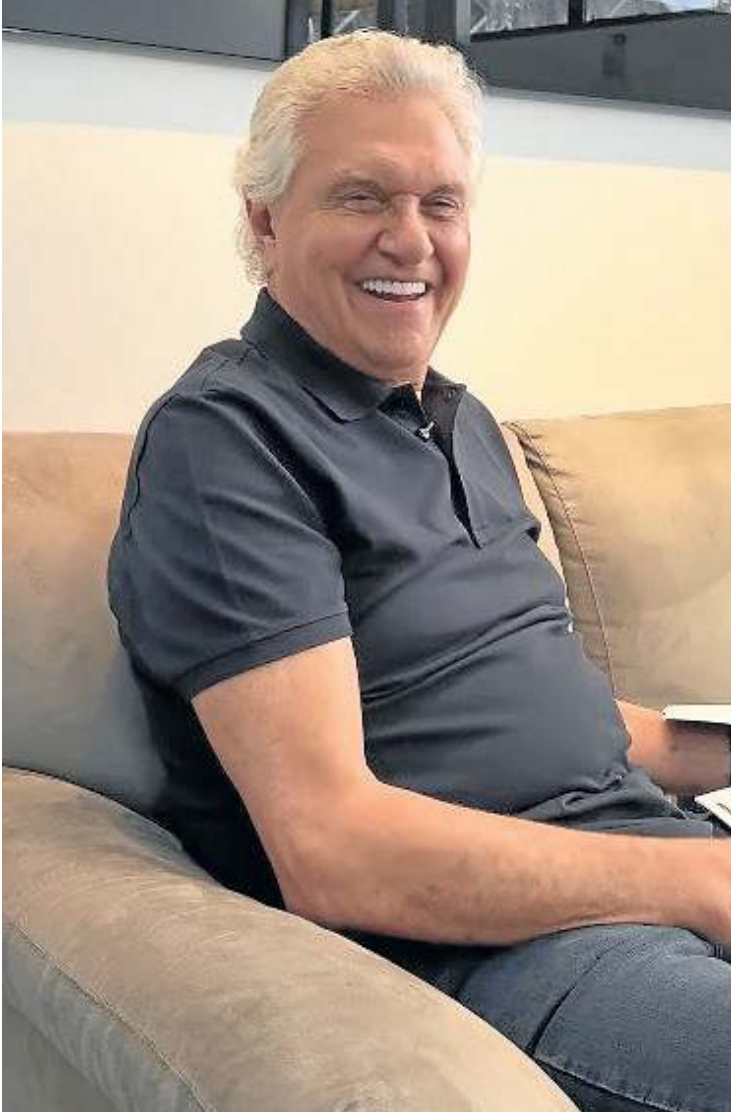
Segundo o presidenciável do PSD, Flávio “não entende” do assunto para um debate. “Onde você tem agricultura investindo e abrindo fronteira, a renda per capita, a saúde, a escolaridade e a condição de vida das pessoas são melhores”, afirmou, dando como exemplos a região do Matopiba (integrada por trechos do Maranhão, do Tocantins, do Piauí e da Bahia), de Goiás e do Mato Grosso.

Marqueteiro

Essa mudança de postura de Caiado em relação a Flávio teria sido a razão para a mudança no marqueteiro da campanha. A assessoria de imprensa do PSD divulgou nota, na noite de ontem, anunciando que Paulo Vasconcelos foi substituído por outro profissional da área. “A nova linha de comunicação será conduzida pelo publicitário Marcos Carvalho”, anuncia a campanha. Nos bastidores, a avaliação é de que a troca se deu por causa da mudança da postura de Caiado em relação aos demais adversários do espectro da direita. As críticas dele a Flávio teriam ido na direção contrária à orientação de Vasconcelos de concentrar quase exclusivamente os ataques em Lula e no PT.

Kassab, por sua vez, voltou a

Reprodução/Instagram pessoal



Caiado não considera que o presidenciável do PL represente o agro

Reproduções/Instagrams pessoais



Flávio não respondeu ao adversário do PSD. Preferiu articular em Minas

fustigar Flávio. O vice de Caiado disse, ontem, que o fato de partidos do Centrão não terem embarcado no apoio à candidatura do filho 01 foi positivo para seu partido. Conforme disse, o PSD não pertence ao Centrão porque resolveu lançar Caiado à Presidência.

“A medida que o Flávio contava com o Centrão, e agora não conta mais, ele perdeu o tempo de televisão. Se ele perdeu o tempo de televisão, esse tempo veio para o Caiado, uma grande parte. Então, foi bom para o Caiado”, disse, em conversa com a imprensa após participar de evento organizado pelo Grupo Voto, em São Paulo. “O PSD lançou o candidato porque acha que é a melhor alternativa para o Brasil para evitar o PT ou o PL, o Bolsonaro ou o Lula. Aqueles que não querem o Lula são 50% da população brasileira”, salientou.

Na avaliação de Kassab, a campanha de Flávio está “preocupada” com Caiado. “Eles não estão preocupados com o Romeu Zema, nem com Renan Santos. Então é jogo político, é jogo da campanha”, provocou.

O filho 01, porém, não contrariou Caiado ou Kassab. Preferiu atacar Lula com a divulgação de diálogos entre o filho do presidente, Fabio Luís Lula da Silva, o Lulinha, e a lobista Roberta Luchsinger. Disse que o Brasil “não é uma Suíça”, aproveitando o comentário que ela fizera em um diálogo com Lulinha. E acusou o filho do presidente de ter recebido dinheiro do escândalo do desconto dos aposentados e pensionistas do INSS.

Além disso, Flávio concentrou esforços em Minas Gerais, estado que representa o segundo maior colégio eleitoral do país e onde o arco de apoios está confuso para o candidato do PL. Mais cedo, cancelou um evento em Juiz de Fora por causa das condições meteorológicas. A cidade tem um significado quase místico para o bolsonarismo: é onde o pai foi esfaqueado, em 2018, numa passeata pela campanha presidencial. Apesar de ter ficado em delicada situação de saúde, os analistas consideram que foi a partir desse episódio é que a postulação presidencial encorpou e levou Bolsonaro à vitória.

Flávio iria participar e discursar em uma motociata. O percurso total de 7,8 km teria início no aeroporto Francisco Álvares de Assis (Aeroporto da Serrinha) e seguiria até a Praça da Estação (Praça Doutor João Penido), no Centro de Juiz de Fora.

Mesmo sem a presença de Flávio, o deputado Nikolas Ferreira (PL) levou à frente o ato em Juiz de Fora. Eles, porém, estarão juntos em um ato no comitê do parlamentar em Belo Horizonte. Os dois farão um “adesivagem” e concedem coletiva de imprensa. Eles trabalham para aumentar a popularidade do bolsonarismo na capital mineira, além de tentarem turbinar a campanha do candidato do partido ao governo, Flávio Roscoe.

Os de Edinho — combate à corrupção, autonomia das instituições e direito à defesa — em relação às investigações policiais que apuram possíveis casos de corrupção envolvendo pessoas próximas a Lula têm sido um padrão entre a campanha e até o próprio presidente.

Lula, na semana passada, foi questionado sobre possíveis crimes cometidos por Lulinha, seu filho. O presidente, embora tenha afirmado acreditar na versão de Lulinha, negou pedir o encerramento ou o arquivamento do processo. “Eu acredito nele, mas eu já disse aos advogados: ninguém vai pedir o fechamento de processo do meu filho”, afirmou.

combate a corrupção de forma efetiva. Ele quer que essas denúncias sejam investigadas e que os dois [Marcola e Lulinha] tenham amplo direito de defesa, como qualquer cidadão brasileiro. Mas que os dois também sejam investigados e que nesse processo possam provar sua inocência”, pontuou.

As afirmações sobre a apuração contra Lulinha ocorreram no dia em que a Polícia Federal identificou conversas entre ele e a lobista Roberta Luchsinger, também investigada no caso que apura fraudes no repasse do INSS. Nesse elo entre Roberta e Lulinha, para a PF, Marcola aparece como um beneficiário de um empréstimo feito pela lobista.

supostamente cometidos por integrantes da família Bolsonaro.

“Apoiamos e queremos (investigações sobre) as remessas de dinheiro feitas para fora do Brasil, quase R\$ 70 milhões, onde há indícios de beneficiamento da família Bolsonaro. Da mesma forma que uma compra muito estranha de um imóvel aqui em Brasília, financiado pelo BRB, banco envolvido no caso do Banco Master. Também precisa ser apurado”, cobrou.

Ditas durante uma conversa com jornalistas, na sede do PT, em Brasília, os posicionamentos também indicaram que as investigações mostram que Lula almeja estar comprometido no combate à corrupção. “O presidente Lula

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Vila Euclides, São Januário e Pacaembu: palcos da história

O primeiro comício a que assisti foi o da Central do Brasil, realizado em 13 de março de 1964, na Praça da República, no Rio de Janeiro, que reuniu entre 150 mil e 200 mil pessoas. O presidente João Goulart (Jango) e Leonel Brizola lideraram o evento para defender as reformas de base e pressionar o Congresso.

Era apenas um menino, levado pelos pais ao ato político no qual Jango anunciou que faria reformas por decreto, entre as quais a agrária. Carrego poucas recordações de criança: pessoas no teto das plataformas de bonde, penduradas nos postes e nas árvores; eu sobre os ombros de meu pai. Aquele comício era um “apelo às massas” para que apoiassem Jango. Talvez seja o mais famoso da nossa história política porque, semanas depois, houve o golpe militar de 1964.

Os maiores foram os das Diretas Já, que empolgaram o país, mas nem por isso garantiram a aprovação da Emenda Dante de Oliveira. A ditadura caiu no Colégio Eleitoral, com a eleição de Tancredo Neves, cuja campanha também promoveu grandes comícios. Tão grandes que, em determinado momento, o velho pessedista resolveu suspendê-los, porque temia perder o controle do povo nas ruas. Dois outros são históricos: o de Getúlio Vargas, em São Januário, e o de Luiz Carlos Prestes, no Pacaembu.

São Januário, estádio do Vasco da Gama e o maior do país até a inauguração do Maracanã, foi um grande palco da política nacional. Getúlio utilizou as comemorações do 1º de Maio para falar diretamente aos trabalhadores e consolidar a liturgia do trabalho. Ali anunciou o salário mínimo, em 1940. As arquibancadas lotadas de operários, funcionários públicos e representantes sindicais eram uma cenografia política do Estado Novo. Getúlio se apresentava como mediador dos conflitos entre capital e trabalho, e estabelecia uma relação direta com o povo, à margem das elites políticas tradicionais.

Em 15 de julho de 1945, o Estádio do Pacaembu recebeu cerca de 100 mil pessoas para ouvir Prestes. O “Cavaleiro da Esperança” deixara a prisão depois de nove anos de cárcere durante o Estado Novo e guardara enorme prestígio. Era o fim da Segunda Guerra Mundial e o Brasil voltava à democracia. Com o Partido Comunista na legalidade, defendeu a democracia, os direitos dos trabalhadores e a união nacional. No ato, o poeta chileno Pablo Neruda leu o poema *Dito no Pacaembu*, dedicado a Prestes, que incluiu no antológico *Canto Geral* (Bertrand Brasil).

Campanha eleitoral

Essa tradição foi retomada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao iniciar sua atual campanha à reeleição no Estádio Primeiro de Maio, a Vila Euclides, em São Bernardo do Campo. O local foi o palco das grandes assembleias dos metalúrgicos das greves de 1978, 1979 e 1980. As paralisações começaram dentro das fábricas e ganharam o sindicato, as igrejas, as ruas e o estádio. No começo, o som era precário; as frases de Lula eram repetidas em coro pelos trabalhadores para que ecoassem em todo estádio.

Quase meio século depois, o retorno à Vila Euclides busca o reencontro de Lula com seu mito de origem. Aos 80 anos e em sua sétima campanha presidencial, resgata a imagem do operário que enfrentou a ditadura, fundou um partido e chegou à Presidência. Diante de mais de 15 mil pessoas, Lula recordou os velhos tempos de metalúrgico, ao lado de antigos companheiros de sindicato.

Com Geraldo Alckmin, Fernando Haddad, Benedita da Silva, ministros e dirigentes petistas, Lula procurou recompor a imagem de político enraizado no mundo do trabalho e comparou indicadores de emprego, inflação, educação, salário e investimentos de seu governo com os da administração de Jair Bolsonaro. Flávio Bolsonaro (PL) seria o herdeiro do governo do pai, levando a disputa para o confronto de realizações administrativas.

Já Flávio escolheu outro lugar carregado de significado: a Praia de Copacabana, palco dos 18 do Forte, gênese do “Tenentismo” e de grandes manifestações de Bolsonaro. Reproduziu uma gravação do pai, atacou Lula e o Supremo Tribunal Federal (STF) e prometeu combater o “sistema”, as facções criminosas e a corrupção. Depois do comício, Flávio foi ao emblemático São Januário assistir à partida entre Vasco e Santos. Encontrou Neymar, recebeu um autógrafo numa camisa verde-amarela. Deixou o estádio após o terceiro gol do Santos, sob vaias da torcida vascaína.

Os demais presidenciáveis também escolheram lugares com os quais se identificam. Ronaldo Caiado (PSD) começou com uma missa e uma carreta pelo Entorno do Distrito Federal, partindo de Águas Lindas de Goiás. Apresentou a segurança pública como sua principal vitrine e se colocou como alternativa a Lula e a Flávio. A carreta demonstrou a força regional do ex-governador.

Romeu Zema abriu a campanha em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Depois de uma missa, caminhou da Praça da Matriz ao Mercado Municipal e conversou com comerciantes e produtores rurais. Ao começar pelo interior, procurou ressaltar sua identidade mineira, o discurso de austeridade e a experiência administrativa.

Renan Santos escolheu o Largo São Francisco, diante das Arcadas da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde foi lida, em 1977, a famosa Carta em defesa do Estado democrático de direito. Perante um público majoritariamente jovem, atacou Lula e Flávio, recusou o rótulo de terceira via e apresentou-se como representante de um projeto próprio. Sua presença provocou protestos de estudantes e movimentos de esquerda.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.dfr@dabr.com.br

Está nesse pé

Até aqui, tanto o ex-banqueiro Daniel Vorcaro quanto o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa tentaram fazer delação sem apontar culpabilidade de ninguém. Nem deles mesmos. E se limitaram a contar o que a Polícia já sabe.

Hora da apresentação

O PT planeja um evento para lançar oficialmente o plano de governo de Lula. O presidente deseja “palestrar” sobre os principais pontos da campanha. O presidente do PT, Edinho Silva, deu muito enfoque à questão da segurança pública ao anunciar a agenda, que, por enquanto, não tem data definida. Ronaldo Caiado (PSD) e Flávio Bolsonaro (PL) já começaram a fazer esse tipo de apresentação das propostas, inclusive o ex-governador de Goiás lança hoje seu projeto de governo voltado para a área da saúde.

Oportunidade à porta

O embaixador da Indonésia, Andhika Chrisnayudhanto, afirmou à coluna que o novo tarifaço de Donald Trump abriu uma janela de oportunidade para acordos entre o Brasil e a Asean — Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), bloco regional formado por 11 países. Hoje, segundo dia da primeira visita do secretário-geral da Asean ao Brasil, Kao Kim Hourn, é esperada a assinatura de uma série de acordos de cooperação.

Além do comércio

O bloco reúne quase 690 milhões de habitantes com especial interesse em importar proteína animal brasileira e produtos agrícolas. Além disso, há interesse na economia verde desenvolvida pelo Brasil no setor do agronegócio e na troca de experiências a respeito da resiliência da diplomacia durante o enfrentamento das sobretaxas dos Estados Unidos.

A briga interna do PL

Nem o PL, com R\$ 881,6 milhões de fundo eleitoral, terá recursos suficientes para dar a seus candidatos o teto de gastos de cada campanha. Só para deputado federal, se fosse conceder o teto a todos, o partido precisaria de R\$ 1,7 bilhão para atender os seus 535 candidatos espalhados pelo país, e de outros R\$ 1,1 bilhão para aqueles que vão concorrer às vagas das Assembleias Legislativas. Só para senador, 33 candidatos representariam gastos em torno de R\$ 130 milhões, e governadores, R\$ 126 milhões, mais do que os R\$ 88 milhões que o presidenciável Flávio Bolsonaro pode gastar no primeiro turno.

» » »

Estica e puxa/ A ideia do PL é destinar recursos a



quem tiver mais chance, de forma a garantir o “retorno” do investimento. Portanto, país afora, já se vislumbra uma guerra pelos recursos disponíveis para a legenda. E esse é um dos motivos pelos quais, nesta largada, o eleitor verá pouco material distribuído. É hora de economizar para a reta final, quando o eleitor estará mais atento às campanhas.

CURTIDAS

Semiótica de Lula/ A identidade visual da campanha do presidente Lula trouxe elementos que remetem à bandeira do Brasil. O termo “presidente” vem com fundo verde, o número “13” com amarelo e “vice Alckmin” com azul. A bandeira brasileira também está na imagem. Lula já havia deixado o vermelho meio de lado na campanha de 2022. Agora, reforça o nacionalismo.

O estado é outro/ Candidato ao Senado por Santa Catarina, Carlos Bolsonaro passa parte desta curta campanha em São Paulo. Zero três chegou a anunciar em suas redes que estaria nessa segunda-feira em São José do Rio Preto (SP) para inaugurar uma “Casa Bolsonaro” com o deputado Paulo Bilynskyj (PL-SP).

Ascom SMS



Um suplente discreto/ Arthur Lira foi buscar seu suplente na chapa lá nos tempos de Fernando Collor de Mello. Luiz Romero Farias (PL) foi secretário-geral do Ministério da Saúde nos tempos de Collor e ocupou, ainda, a Secretaria de Saúde de Maceió. Sempre foi reservado e técnico, ao contrário do irmão, PC Farias, o ex-tesoureiro de campanha de Collor, encontrado morto ao lado da namorada, Suzana Marcolino.

Com o irmão envolto em mistério/ PC Farias foi assassinado há 30 anos, dois dias antes da data marcada para depoimento à Justiça sobre os escândalos de corrupção da época do ex-presidente. Até hoje, há dúvidas sobre o assassinato de PC e de sua namorada. A tese de crime passionai seguido de suicídio não foi aceita pelo júri popular.



Negros são maioria na urna

Registros de pardos e pretos somam 49,82% do total, contra 48,8% de brancos. Marco é atingido pela segunda vez seguida

» LUIZA ALTOÉ

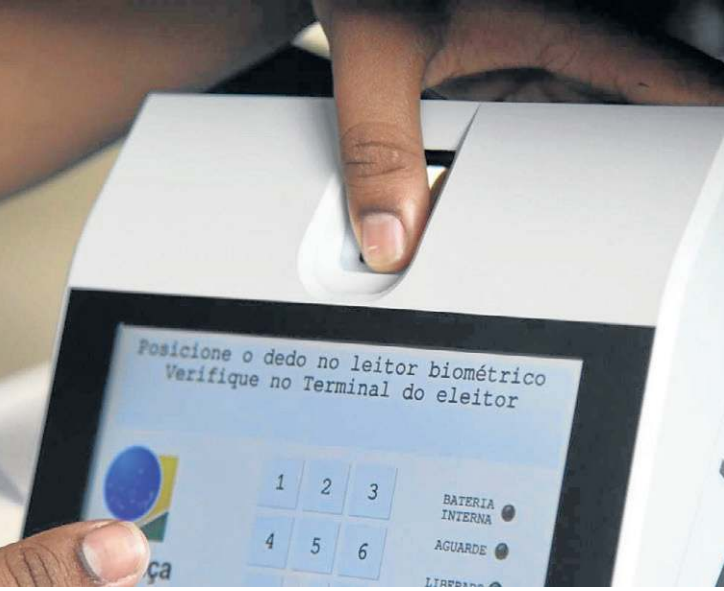
Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que o total de candidatos pretos e pardos (49,82%) superou o de brancos (48,73%) nestas eleições. Esta é a segunda vez na história dos pleitos nacionais que isso acontece — a primeira foi em 2022, quando a representação negra atingiu 50,27%, contra 48,18% de candidaturas brancas. O crescimento registrado nos últimos anos foi impulsionado, principalmente, por pessoas pretas. Desde 2014, pessoas pardas ocupam cerca de 35% a 36% dos registros de candidatos aos pleitos nacionais. Do outro lado, pessoas negras eram representadas por 9,25% das candidaturas em 2014 e chegaram a 14,12% em 2022. Em 2026, são 13,64%. Indígenas equivalem a 0,93% e amarelos, a 0,52%.

O escopo parte de 2014, pois, naquele ano, por pressão do movimento negro, o TSE passou a exigir

a declaração racial no registro de candidaturas. No Censo de 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que a maior parte da população brasileira (45,3%) se declarou parda. Na época, 43,5% se declararam brancos e 10,2%, pretos. Outros 0,6% se declararam indígenas e 0,4%, amarelos. Embora representem a maioria das candidaturas no país, pretos e pardos ocupam pouco espaço na corrida pela Presidência da República. Ao todo, são apenas três nomes: Edmilson Costa (PCB), Hertz Dias (PSTU) e Samara Martins (UP). A chefia do Executivo é disputada, predominantemente, por candidatos brancos, que somam 10 concorrentes, enquanto amarelos e indígenas não possuem representantes.

A sub-representação se repete nas disputas para os governos estaduais, onde brancos lideram com 111 candidaturas ao governo, contra 79 de pretos e pardos. A

Ed Alves/CB/D.A. Press



Percentual de candidatas também bateu recorde, chegando a 34,82%

representatividade negra e parda só se torna majoritária nos cargos legislativos: Senado (117), Assembleias Legislativas (5.683) e Câmara

dos Deputados (3.700). Os dados do TSE revelam, ainda, uma divergência ideológica entre os grupos: a maioria dos

candidatos pardos está filiada a partidos de direita e centro-direita — como PL, Novo e Podemos — enquanto os candidatos pretos concentram-se, predominantemente, em legendas de esquerda, a exemplo do PT, PDT e PSol.

Recorde feminino

Das mais de 20 mil candidaturas registradas para as eleições de 2026, 34,82% são de mulheres, enquanto os homens representam a maioria, com 65,18%. Embora o percentual feminino seja o maior da série histórica — mantendo-se acima do patamar de 30% desde 2014 — o volume absoluto de candidatas caiu em relação aos pleitos nacionais anteriores. Em 2014, foram mais de 8 mil registros femininos. Em 2018, superou 9 mil. E, em 2022, alcançou o pico de 9.890 candidaturas. Em 2026, o perfil majoritário das candidatas é composto por mulheres brancas (45,97%)

e pardas (34,96%), na faixa etária de 45 a 49 anos (18,09%), solteiras (40,45%) com Superior Completo (60,12%). São também, em sua maioria, empresárias (8,61%) e advogadas (8,15%). As principais concentrações partidárias são no PL (7,52%), MDB (6,85%) e Republicanos (6,01%). A ampla maioria dessas mulheres concorre a vagas nos Legislativos estadual (53,43%) e federal (39,05%). Na disputa pela Presidência da República, foram registradas apenas duas candidaturas femininas — Samara Martins (UP) e Clariana Zacarkim Barão (DC) — metade do volume observado em 2022. Já o total de pessoas com deficiência que registraram candidaturas registrou um aumento tímido de apenas 10 postulantes em relação ao pleito nacional de 2022, atingindo 499 candidatos. A maioria concorre às vagas de deputado estadual (53,31%) e federal (39,08%).

O dia dos presidenciáveis

Ronaldo Caiado (PSD)

O ex-governador de Goiás afirmou, ontem, durante evento do Grupo Voto em São Paulo, que a segurança é o que mais “inquieta” e “preocupa” a população. Ao ser questionado sobre a classificação das facções como organizações terroristas pelos EUA, Caiado disse que a segurança brasileira é um problema “nosso”. “Os americanos não vão resolver um problema que é nosso. Não tenho preocupação nenhuma com os americanos. Quem vai resolver esse problema somos nós”, reiterou. Defendeu, porém, que as facções sejam consideradas “terroristas domésticos”. Caiado criticou o atual governo pela demora na PEC da Segurança, e defendeu endurecer medidas contra a criminalidade e aumentar o número de presídios de segurança máxima.

Romeu Zema (Novo)

O ex-governador mineiro defendeu, na 27ª Conferência Anual Santander, também em São Paulo, a revisão dos benefícios sociais. O presidenciável disse que o Brasil vive em meio a uma “geração de imprestáveis”, que se recusam a trabalhar. “Tem que ter contrapartida. Nós estamos criando uma geração de ‘imprestáveis’, que se recusam a trabalhar e optam por ficar fazendo bico, e isso está passando de pai para filho. Que bico qualifica um profissional?”, declarou. Zema também comentou que uma das prioridades de seu governo, se eleito, será o combate ao crime organizado e a classificação das facções como terroristas. “Com isso, você pode colocar toda a força do Estado para combater esse mal”, afirmou.

Renan Santos (Missão)

No mesmo evento do Santander, Renan disse que a “direita populista” morreu e afirmou que Luiz Inácio Lula da Silva Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) são candidatos de centro. “Se você vai puxar quem são as pessoas que querem manter a polarização, não são direitistas radicais ou esquerdistas radicais”, afirmou. O presidenciável também disse que, apesar da vitória da direita na América do Sul, a corrente perdeu força nos Estados Unidos, mas a esquerda não consegue responder. Renan criticou a posição do governo em relação à soberania internacional e disse que o país precisa ser mais incisivo em relação aos interesses estratégicos. De acordo com o candidato, o Brasil é uma “nação fraca, pobre, indefesa. De joelhos”.

INVESTIGAÇÃO

Chefe de tribunal é afastado

Ministro Flávio Dino determina afastamento por 180 dias de Daniel Brandão, presidente da corte de contas do Maranhão

» ALÍCIA BERNARDES

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou o afastamento, por 180 dias, do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA), Daniel Itapary Brandão. Sobrinho do governador Carlos Brandão (MDB), o conselheiro é alvo de uma investigação da Polícia Federal que apura possíveis conexões entre um esquema de desvio de recursos públicos, pagamento de propinas, obstrução das apurações e o assassinato do empresário João Bosco Sobrinho, ocorrido em São Luís, em agosto de 2022.

A medida foi solicitada pela PF e, segundo o ministro Dino, busca preservar a investigação diante da possibilidade de o conselheiro influenciar diretamente a produção de provas. Na decisão, o ministro afirma que há elementos que

justificam o aprofundamento das apurações sobre a eventual participação de Daniel Brandão nos acontecimentos que antecederam o homicídio e sobre uma possível ligação dele com pagamentos ilícitos relacionados a contratos públicos.

Dino também considerou a relevância institucional do cargo ocupado pelo conselheiro e o poder do TCE-MA na fiscalização de recursos públicos. Para o magistrado, a permanência de Brandão na presidência do tribunal poderia representar risco à investigação. O afastamento, contudo, tem natureza cautelar. Não significa condenação ou conclusão definitiva sobre a autoria de crimes.

Além de retirá-lo da presidência, Dino proibiu Daniel Brandão de acessar as dependências e os sistemas do TCE-MA; participar de eventos públicos ou privados em razão do cargo; utilizar bens e serviços fornecidos pelo tribunal, como veículos, funcionários,

TCE MA/Divulgação



Daniel Brandão alega inocência: “perplexidade” com afastamento

passagens aéreas e celulares.

O ministro também determinou que ele não mantenha contato com o governador Carlos Brandão e com

outros investigados pela Polícia Federal. As restrições foram impostas para evitar, segundo a decisão, eventual interferência na coleta de provas

e no andamento das investigações.

Dino acrescentou que o TCE-MA não poderia ser presidido por alguém que, segundo as investigações, “figura no epicentro de investigações sobre um homicídio, além do mau uso de recursos públicos, cobrança de propinas e pagamentos fraudulentos”.

O caso começou com o assassinato de João Bosco Sobrinho, empresário morto a tiros no edifício Tech Office, na região da Ponta d'Areia, em São Luís. Em 2024, a Justiça maranhense condenou Gibbson Cutrim Soares Júnior, apontado como executor do crime. A investigação inicial da Polícia Civil do Maranhão tratava o homicídio como resultado de um desentendimento pessoal. Com o avanço das apurações, porém, surgiu a suspeita de que o assassinato estaria relacionado a uma disputa envolvendo pagamentos ilícitos e a divisão de propinas ligadas a contratos públicos.

Imagens registradas no local do crime passaram a ser consideradas relevantes para a investigação porque mostram Daniel Brandão em parte da reunião realizada antes dos disparos. De acordo com os elementos reunidos posteriormente pela Polícia Federal, o encontro teria relação com a discussão sobre valores.

A PF passou a investigar, também, por que a presença de Daniel Brandão no local não teria sido registrada na apuração inicial conduzida pela Polícia Civil. Segundo a decisão de Dino, essa circunstância reforça a necessidade de esclarecer se houve tentativa deliberada de retirar o nome do conselheiro do foco das investigações.

Daniel Brandão nega as acusações. Em comunicado divulgado após a decisão, afirmou ter recebido a notícia do afastamento com “profunda perplexidade” e declarou “absoluta inocência”.

FRAUDES NO INSS

Futuro na Suíça, joias e lobby

» RENATO SOUZA

As investigações da Polícia Federal sobre as fraudes no Instituto Nacional de Seguro Social reforçam as ligações entre a lobista Roberta Luchsinger, o empresário Fábio Luís Lula da Silva e o ex-chefe de gabinete do presidente Lula Marco Aurélio Ribeiro, conhecido como Marcola.

Em uma série de mensagens identificadas pela PF, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, conversa sobre negócios com a empresária Roberta Luchsinger. Os diálogos foram encontrados no celular de Roberta, alvo de um mandado de busca e apreensão. O inquérito apura suposto tráfico de influência de Lulinha em entes do governo federal.

Em uma das mensagens, em

março de 2024, Roberta e Lulinha comentam sobre objetivos comuns. “Nosso nível tá outro. Nosso futuro é a Suíça”, diz a lobista ao filho do presidente. Lulinha e a amiga falam ainda sobre reuniões entre “ZP” e “Fernando” e integrantes do governo Lula.

“Marcola não quer. Ele tá incomodado”, afirma Roberta. Lulinha responde: “Já é o terceiro almoço que tenho com ele e ele pede para ser só entre nós”.

Segundo a Polícia Federal, Roberta Luchsinger é apontada como ligada a Antonio Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, acusado de ser o operador do esquema de fraudes nos benefícios de aposentados e pensionistas.

Lulinha é suspeito de atuar na autorização para comercialização de produtos à base de cannabis. Ele nega as acusações e diz não ter cometido irregularidades. Atualmente, três inquéritos investigam o filho do presidente. O chefe do Executivo não é alvo das diligências, e não há indícios de qualquer participação dele em eventuais irregularidades. Porém, as revelações geram incômodo em aliados do presidente Lula, que criticam, especialmente, a conduta de Marcola e consideram que as conversas identificadas não são republicanas.

Diamantes

A investigação da Polícia Federal

revela também uma relação de confiança entre Roberta Luchsinger e Marcola. A lobista comprou joias para o ex-chefe de gabinete de Lula, segundo revelou o jornalista Lauro Jardim, de *O Globo*. A aquisição foi identificada em uma das conversas e de acordo com os investigadores, os presentes foram comprados no Dia das Mães de 2024. Roberta chegou a mandar um recibo para Marcola, no valor de R\$ 9,2 mil.

A defesa de Roberta Luchsinger informou que o caso está sob sigilo e que não haverá posicionamento neste momento. Os advogados de Marcola não comentaram o caso. As joias identificadas consistem em um colar de brilhantes e duas pedras de diamantes solitários.

Os inquéritos que tratam da atuação estão em curso no Supremo Tribunal Federal. Dois estão sob relatoria do ministro André Mendonça, e um deles é conduzido pelo ministro Flávio Dino.

Marco Aurélio Ribeiro foi chefe de gabinete do presidente Lula até 21 de julho. Ele estava escalado para assumir funções na campanha de reeleição do chefe do Executivo, mas o plano naufragou após a revelação de que o ex-assessor recebeu recursos de Roberta Luchsinger. Ao explicar as transferências, Marcola disse que se tratava de um “empréstimo pessoal”, no valor de, aproximadamente, R\$ 250 mil, e que a quantia havia sido devolvida.

DEBATE

CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

1 DE SETEMBRO

A PARTIR DAS 20H30

▶

📺

CORREIO.BRAZILIENSE

Transmissão ao vivo no YouTube e redes sociais do Correio Braziliense

Apoio:

Realização:

Produção:

FIBRA

CORREIO BRAZILIENSE

TV BRÁSILIA

CB Brands



SAÚDE

Aprovada primeira caneta genérica

Anvisa aceitou registro do medicamento, utilizado contra diabetes e obesidade. Versão poderá custar menos que R\$ 250

» CAETANO YAMAMOTO*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) liberou, ontem, o registro do primeiro medicamento genérico agonista do receptor de GLP-1 no Brasil. Indicado para o tratamento de diabetes tipo 2 e da obesidade, o dispositivo possui como princípio ativo a semaglutida. O medicamento está sendo produzido pela farmacêutica EMS, e não terá nome comercial, de acordo com a legislação.

A possibilidade de produção de uma versão genérica da semaglutida está relacionada à tecnologia utilizada na fabricação da substância. Embora o Ozempic, medicamento de referência, seja classificado como biológico, a EMS desenvolveu uma versão sintética, o que permite o registro como genérico.

Assim como os demais medicamentos da classe GLP-1, essa versão só poderá ser adquirida mediante apresentação de receita médica em duas vias, informou a Anvisa.

O órgão afirmou que os produtos serão apresentados como solução injetável, em caneta preenchida para administração semanal. “Eles devem ficar armazenados em geladeira (em temperaturas de 2 °C a 8 °C) antes e depois de iniciado o tratamento”, disse.

De acordo com a Anvisa, os injetáveis são indicados para o

Freepik/Divulgação



Versões genéricas e similares dos fármacos devem comprovar a mesma eficácia dos produtos de referência, mas são vendidas mais barato

tratamento de adultos com diabetes mellitus tipo 2: insuficientemente controlado, junto a dieta e exercício; em monoterapia, quando a metformina é considerada inapropriada devido à intolerância

ou a contraindicações; ou em adição a outros medicamentos.

Pelas regras sanitárias, os medicamentos genéricos devem apresentar o mesmo princípio ativo, concentração, dose e forma

farmacêutica do produto de referência, além de comprovar equivalência ao medicamento original.

O registro concedido à EMS inclui quatro apresentações do produto: concentração de 1,34 mg/mL,

em caneta de 1,5 mL, com aplicador e seis agulhas; concentração de 1,34 mg/mL, em kit com duas canetas de 1,5 mL, dois aplicadores e dez agulhas; concentração de 1,34 mg/mL, em caneta de 3 mL,

com aplicador e quatro agulhas; e concentração de 1,34 mg/mL, em kit com duas canetas de 3 mL, dois aplicadores e oito agulhas.

A autorização da Anvisa não significa que o produto chegará imediatamente às farmácias. A EMS ainda terá de estabelecer as etapas de fabricação e distribuição, além de definir o preço e o cronograma de lançamento.

A empresa ainda não divulgou quando pretende colocar o produto no mercado nem quanto ele deverá custar. Atualmente, a caneta do medicamento de referência é vendida por R\$ 333 no programa de fidelidade da fabricante. Pela regulamentação brasileira, os genéricos devem chegar ao consumidor com preço, no mínimo, 35% inferior ao do medicamento de referência. Nesse caso, a versão da EMS pode chegar a R\$ 216.

Similar

A Anvisa também aprovou o registro de um medicamento similar à base de semaglutida produzido pela Germed, que será comercializado com o nome de Semaclique. A categoria também exige equivalência ao medicamento de referência quanto à composição, concentração, eficácia, segurança e qualidade, mas admite diferenças em aspectos como excipientes, embalagem, rotulagem e prazo de validade.

SEGURANÇA DIGITAL

Discord acata decisão da ANPD e suspende lives no Brasil

» RAFAELA BOMFIM*
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» CAETANO YAMAMOTO*

O Discord anunciou, ontem, que suspendeu as transmissões ao vivo em sua plataforma, seguindo uma determinação da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em resposta às falhas identificadas na proteção de crianças e adolescentes dentro do aplicativo.

A decisão ocorreu após a morte de uma adolescente de 13 anos, em julho, durante uma transmissão, caso que levou autoridades a ampliarem a fiscalização sobre os mecanismos utilizados pela empresa para identificar situações de risco.

A determinação da ANPD, anunciada em 12 de agosto, estabeleceu prazo de três dias úteis para que o Discord interrompesse a ferramenta Go Live, usada para compartilhar vídeos e telas em tempo real dentro dos servidores. Recursos como mensagens, chamadas de voz e participação em comunidades continuam disponíveis para os usuários brasileiros.

O episódio investigado revelou uma sequência de falhas no sistema de resposta. Segundo relatório encaminhado pelo Discord ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, a transmissão teve início por volta das 2h30. O primeiro alerta relacionado a risco iminente apareceu às 3h50, mas o servidor somente foi retirado do ar às 4h15. O intervalo entre a identificação do problema e a interrupção da atividade passou a ser um dos pontos analisados pelas autoridades.

Na avaliação da ANPD, a estrutura de proteção adotada pela empresa não foi suficiente para impedir ou interromper situações perigosas envolvendo menores de idade.

Em comunicado, o Discord afirmou que trabalha “de boa-fé” com a agência para restabelecer a funcionalidade. Também informou que tem colaborado com autoridades policiais na investigação do caso e que trabalha para retirar criminosos da plataforma e ampliar a segurança destinada aos adolescentes.

Controle de riscos

O especialista em crimes cibernéticos Rodrigo Fragola avalia que o episódio não deve ser tratado apenas como uma falha técnica isolada. Para ele, existe uma questão relacionada à estrutura de segurança e governança do serviço. “Uma plataforma pode não controlar tudo o que seus usuários fazem, mas precisa controlar os riscos que a sua própria tecnologia cria”, afirmou.

Fragola explica que parte da dificuldade está na dependência de denúncias feitas pelos próprios participantes e na atuação de sistemas automatizados. Segundo o especialista, a ANPD identificou situações em que mecanismos de análise comportamental não reconheceram adequadamente acontecimentos graves. A existência de servidores privados também dificulta a identificação antecipada de comportamentos criminosos.

Entre as medidas que poderiam reduzir esses riscos estão verificação de idade, configurações mais restritivas para contas de menores, análise de comportamento, identificação de comunidades de risco, canais eficientes de denúncia e atuação humana em situações urgentes. “Quando estamos falando de crianças e

Alexander Shatov/Unsplash



Agência reguladora aponta que faltam mecanismos de proteção aos menores de idade na plataforma

adolescentes, o nível aceitável de risco, necessariamente, deve ser menor”, afirmou Fragola.

A transmissão em tempo real acrescenta outro fator à discussão. Diferentemente de um conteúdo gravado, uma live permite que determinada situação aconteça diante de outras pessoas. Para o especialista, esse formato pode ser utilizado em episódios de violência, assédio, indução à automutilação, chantagem e outras práticas criminosas.

O Discord, por outro lado, sustenta que parte das atividades investigadas teria sido organizada em outras plataformas antes da criação

do servidor e continuado fora do serviço após o banimento dos envolvidos. Para Fragola, esse argumento demonstra que a retirada de usuários não resolve, sozinha, a questão. “No ambiente digital, o crime pode mudar de plataforma em segundos. A proteção precisa ser capaz de acompanhar essa velocidade”, declarou.

Tamanho

O impacto da decisão também precisa ser observado diante do tamanho do Discord no país. Dados da Similarweb indicam que o Brasil é o segundo maior mercado da

plataforma, atrás apenas dos Estados Unidos. Entre fevereiro e julho de 2026, foram registrados 162 milhões de visitas ao aplicativo no Brasil, com média mensal de 27 milhões de acessos.

O perfil do público também ajuda a explicar a relevância do caso. A pesquisa TIC Kids Online Brasil 2024 apontou que 8% dos usuários de internet entre 9 e 17 anos disseram possuir perfil próprio no Discord. Entre meninos, o índice chegou a 16%, enquanto, entre meninas, ficou em 1%.

Criado em 2015 para facilitar a comunicação entre jogadores, o serviço ultrapassou o universo dos

games e passou a reunir comunidades sobre programação, inteligência artificial, estudos, anime, cultura pop e outros assuntos. A plataforma afirma possuir mais de 90 milhões de usuários ativos diariamente no mundo, e mais de 90% desse público declara jogar videogame. O funcionamento por servidores diferencia o Discord de redes sociais baseadas em um fluxo central de publicações. Cada comunidade pode criar canais de texto, voz e vídeo, além de definir regras próprias de acesso. Existem espaços abertos, restritos ou acessíveis somente por convite, característica que amplia a autonomia dos administradores, e dificulta a fiscalização de interações.

Denúncias encaminhadas à SaferNet também entraram no debate. Segundo dados citados pela imprensa, os registros envolvendo o Discord cresceram de 264 para 406 nos sete primeiros meses de 2026, aumento de 54%. A entidade recebe denúncias relacionadas a crimes e violações de direitos humanos praticados no ambiente digital.

Para Fragola, a interrupção da ferramenta de transmissão deve ser vista como uma resposta emergencial, e não como solução definitiva. “Não basta retirar o criminoso da plataforma; é preciso retirar da plataforma as condições que facilitam a ação do criminoso”, afirmou.

A ANPD ainda analisa as medidas adotadas pelo Discord e as condições de proteção oferecidas para os menores de idade na plataforma. Procurada pelo **Correio** para comentar o caso, a agência não respondeu até o fechamento desta edição.

*Estagiários sob a supervisão de Victor Correia



Bolsas		Pontuação B3				Dólar		Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira		IBovespa nos últimos dias				Na segunda-feira		Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,09%		166.783				R\$ 5,201		R\$ 1.621	R\$ 6,022	13,90%	13,86%	Marco/2026 0,88
São Paulo		12/8 13/8 14/8 17/8				(- 036%)		5,110				Abri/2026 0,67
0,51%								5,160				Mai/2026 0,58
Nova York								5,179				Junho/2026 0,16
								5,193				Julho/2026 0,07
								5,219				

VAREJO

Ações da Casas Bahia desabam 33,3%

Após pedido de recuperação judicial, CEO da companhia, Renato Franklin, relata, em teleconferência, cenário difícil a partir de abril, e cita conflito entre EUA e Irã, alta do petróleo, juros e inflação. Declínio do grupo, no entanto, teve início há 3 anos

» PEDRO JOSÉ

As ações do Grupo Casas Bahia desabaram, ontem, após a empresa protocolar, no domingo, o pedido de recuperação judicial no último domingo. Os ativos fecharam em queda de 33,33%, valendo R\$ 0,44. No ano, as perdas chegam perto de 80%.

A verejista, que anunciou o fechamento de 298 lojas e demissão de três mil funcionários, atribui parte da deterioração financeira ao cenário macroeconômico, marcado por juros elevados, restrição de crédito, aumento dos custos de financiamento e redução do consumo de bens duráveis no país.

Ontem, durante teleconferência, o CEO da companhia, Renato Franklin, afirmou que a empresa passou a enfrentar um cenário econômico diferente a partir de abril, com impactos provocados pelo conflito entre Estados Unidos e Irã, pela alta do petróleo e pelo aumento das expectativas de inflação e da curva de juros.

Segundo Franklin, episódios de volatilidade relacionados ao período eleitoral também contribuíram para pressionar os juros e levaram à redução dos limites concedidos por algumas seguradoras, afetando a capacidade de compra da empresa junto aos fornecedores. “A evolução operacional não foi suficiente para bancar todos os passivos que temos no curso financeiro”, afirmou o CEO.

Para Rodrigo Rosário, especialista em mercado financeiro e sócio da VLG Investimentos, os juros elevados aumentam o desembolso com o serviço da dívida e dificultam a obtenção de novos financiamentos. “O crédito caro compromete a capacidade de refinanciamento — a empresa não consegue rolar seus vencimentos, ou só consegue a um custo proibitivo”, afirmou.

O especialista, porém, ressalta que a atual situação não surgiu apenas em razão do cenário econômico recente. Segundo Rosário, a empresa já enfrentava dificuldades financeiras antes do atual pedido de recuperação judicial.

Em 2024, o grupo havia

Divulgação



Grupo teve prejuízo de R\$ 10 bilhões no segundo trimestre deste ano e anunciou o fechamento de 298 lojas, com demissão de 3 mil empregados

recorrido a uma recuperação extrajudicial para reorganizar sua estrutura financeira. Na ocasião, aproximadamente R\$ 4,07 bilhões em dívidas financeiras sem garantia estavam em negociação com os bancos. O acordo previa a postergação do pagamento do principal, com manutenção dos pagamentos de juros e períodos de carência. Com o fim desses prazos, parte da pressão voltou a atingir a estrutura financeira da companhia.

Segundo o CEO da empresa, o objetivo da recuperação judicial é permitir que a companhia reorganize seus compromissos financeiros sem abandonar o processo de recuperação operacional. “O destino continua o mesmo: ter uma operação saudável e rentável, que a gente vem evoluindo. Mas ela é um instrumento para a gente poder realmente resolver os passivos

estruturais da companhia”, disse.

O executivo também afirmou que o mecanismo poderá permitir a obtenção de linhas de crédito de curto prazo e a monetização de determinados ativos, enquanto a companhia negocia de maneira organizada com os credores.

Aumento de processos

Para Pedro Ludovico, especialista em reestruturação de empresas e sócio do escritório Bento Muniz Lobo Ludovico Advocacia, a recuperação judicial é um processo universal. Deferido o processamento, todos os créditos anteriores ao pedido passam a se submeter ao processo, salvo as exceções legais, sobretudo os credores com garantia fiduciária.

“Vem acompanhada da suspensão das execuções por 180 dias, prorrogáveis uma vez, de

administrador judicial, de plano em 60 dias, de votação em assembleia por classes e, se o plano não vingar, de falência ao final. Saímos de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 17,3 bilhões em obrigações declaradas,” explica.

O movimento ocorre em um ambiente de aumento dos processos de recuperação extrajudicial no Brasil. Segundo dados do Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (OBRE), foram registrados 82 casos em 2025, maior número da série histórica iniciada em 2005. Em 2026, até o momento, já são 44 casos.

O número de registros passou de 17 em 2021 para 20 em 2022, 43 em 2023, 66 em 2024 e 82 em 2025. Entre 2021 e 2025, o crescimento foi de aproximadamente 382%. Desde 2005, o levantamento contabiliza 329 casos de recuperação

extrajudicial. Desse total, 272, ou 82,67%, ocorreram a partir de 2021, enquanto 57 foram registrados antes da reforma.

Para Rodrigo Rosário, a combinação entre juros elevados, crédito caro e dificuldades operacionais reduz significativamente a margem de recuperação de empresas que já apresentam uma estrutura financeira comprometida. “Sem dúvida, os juros foram determinantes para a deterioração da saúde financeira da empresa. Porém, cabe salientar que a Casas Bahia já vinha de um momento ruim há mais tempo”, afirmou o especialista.

Segundo ele, a recuperação judicial representa agora uma tentativa de reorganizar os passivos diante de um cenário em que a melhora da operação ainda não foi suficiente para compensar o peso das dívidas acumuladas.

Empresas endividadadas

O número de empresas inadimplentes no Brasil atingiu, em junho de 2026, o maior patamar da série histórica, superando 9,1 milhões de CNPJs negativados. O valor total das dívidas chegou a R\$ 232,9 bilhões, segundo o estudo divulgado, ontem, pela Serasa Experian.

Em média, cada empresa inadimplente acumula 7,3 contas em atraso, com dívida média de R\$ 25.508,96 por CNPJ. O ticket médio das pendências é de R\$ 3.515,77. As micro e pequenas empresas são as mais afetadas pelo cenário e representam 8,6 milhões dos CNPJs inadimplentes e concentram 59,7 milhões de dívidas, que somam R\$ 201,4 bilhões. Cada micro ou pequena empresa inadimplente acumula, em média, 6,9 contas em atraso, com a dívida média de R\$ 23.181,56 por CNPJ, enquanto o ticket médio chega a R\$ 3.370,47.

Entre os segmentos, o setor de Serviços concentra a maior parcela das empresas inadimplentes, com 55,7% do total. O Comércio aparece na sequência, com 32,2%, seguido pela Indústria, com 8%, e pelo setor Primário, com 0,9%. Quando considerada a origem das dívidas, os Serviços também aparecem na primeira posição, responsáveis por 31,6% dos débitos. Bancos e cartões respondem por 19,5%, enquanto as Cooperativas representam 8,4%.

“Quando observamos a composição das dívidas, percebemos que boa parte da inadimplência empresarial continua ligada às necessidades de financiamento da própria operação. Em um ambiente de crédito restritivo, administrar essas obrigações torna-se mais complexo, especialmente para empresas que dependem de capital de giro para manter suas atividades”, explica Camila Abdelmalack, economista-chefe da Serasa Experian.

A Região Sudeste concentra o maior número de empresas negativadas. São Paulo lidera o ranking, com 3.126.658 CNPJs inadimplentes. Minas Gerais aparece em segundo lugar, com 907.558, seguido pelo Rio de Janeiro, com 874.385. (PJ)

POLÍTICA ECONÔMICA

Galípolo reforça juros restritivos, e Durigan cobra disciplina fiscal

» RAFAELA GONÇALVES

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou, ontem, que a política monetária deve permanecer restritiva para conter a inflação, diante de uma economia em que a demanda cresce acima da oferta. Durante a 27ª Conferência Anual do Banco Santander, em São Paulo, ele disse que a autoridade monetária não pretende usar a taxa básica de juros para estimular o consumo no curto prazo.

“Neste momento, o Banco Central não está pilotando a política monetária pensando em colocar a taxa de juros de uma maneira para colaborar com o crescimento puxado por mais consumo e mais demanda. A gente está muito mais

pensando em botar um patamar contracionista”, afirmou. Segundo Galípolo, o atual ciclo de juros está relacionado a fatores internos, como o crescimento da economia e da renda e a pressão da demanda sobre uma oferta que não avança no mesmo ritmo. “O que explica o ciclo da política monetária está muito mais relacionado com questões endógenas, com questões internas de você ter, por diversos indicadores, essa demonstração de um país que vem crescendo há alguns anos, puxado pela demanda, e isso acaba se revelando em uma pressão inflacionária”, disse.

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual nas últimas quatro reuniões, de 15% para 14% ao

ano. Apesar dos cortes, Galípolo reforçou o caráter restritivo da política monetária.

Fiscal é desafio

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, colocou a responsabilidade fiscal no centro da estratégia econômica do governo. Na mesma conferência, ele afirmou que o controle das contas públicas é fundamental para reduzir o prêmio de risco do país e, consequentemente, criar condições para a queda dos juros. “A mesma intolerância que nós temos para a inflação alta, a gente tem que ter com a irresponsabilidade fiscal”, afirmou.

Para Durigan, a questão fiscal é um dos fatores sobre os quais o

governo possui maior capacidade de atuação. A construção de uma trajetória sustentável para a dívida pública, segundo ele, pode contribuir para melhorar a percepção dos investidores e reduzir o custo do dinheiro no país. “O desafio dos juros no Brasil é o grande desafio que nós temos. É o desafio do custo do dinheiro”, ponderou.

O ministro citou o arcabouço fiscal, mecanismos de limitação de despesas e medidas voltadas a conter o crescimento dos gastos obrigatórios como instrumentos para melhorar a trajetória das contas públicas. Segundo ele, duas novas travas aprovadas devem reduzir a pressão sobre as despesas obrigatórias em cerca de R\$ 10 bilhões já em 2026.

Antônio Cruz/Agência Brasil



Falando a investidores, Galípolo afirmou que juros seguirão restritivos

POLÍTICA ENERGÉTICA

Lula promete seguir com transição

Em visita ao poço onde foi encontrado pretróleo, presidente descarta abandonar investimentos em energia limpa

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, durante visita à sonda NS-42, que faz a pesquisa exploratória no poço Morpho, em águas profundas do Amapá, que os resultados iniciais da exploração na região podem representar um novo ciclo de desenvolvimento para o país. A agenda ocorreu no município de Oiapoque, onde Lula foi recebido pelos senadores Davi Alcolumbre (União-AP) e Randolphe Rodrigues (PT-AP) e pelo governador Clécio Luís.

Foi a primeira aparição pública de Lula e Alcolumbre desde abril, quando o senador travou a pauta de votações de projetos de interesse do governo. “Isso aqui pode se chamar passaporte para o futuro desse país”, afirmou Lula, ao comentar a descoberta anunciada na última sexta-feira.

O presidente, no entanto, ressaltou que a exploração de novas reservas não significa abandonar a transição energética. Ele prometeu que o Brasil vai continuar investindo em biocombustíveis e fontes renováveis, ao mesmo tempo em que utiliza as riquezas provenientes do petróleo para financiar o desenvolvimento nacional. “Eu não estou negando a minha luta para que um dia a gente não precise utilizar combustível fóssil, porque o país vai continuar sendo o país rei da inovação nos biocombustíveis”, declarou.

Alcolumbre classificou a exploração como um momento histórico para o Amapá e para o Brasil. O senador afirmou que a mobilização em torno do projeto ocorreu durante anos e citou a participação do governador Clécio Luís, do senador Randolphe Rodrigues e de

Redes sociais



Lula celebrou a descoberta do petróleo ao lado dos amapaenses Clécio Luis, governador, e os senadores Alcolumbre e Randolphe

servidores da Petrobras. “É preciso que a gente, de uma vez por todas, reconheça no Brasil aqueles que enfrentaram causas que muitas das vezes foram contestadas ou até mesmo criticadas”, afirmou.

O parlamentar também associou a exploração à soberania energética e defendeu que o Brasil tenha autonomia para decidir como utilizar seus recursos naturais. “Deixem que nós brasileiros, que lutamos pela defesa do nosso Brasil, que nós decidamos o que nós queremos do Brasil”, declarou.

O presidente do Congresso também afirmou que a riqueza gerada pelo petróleo pode ser

convertida em investimentos sociais por meio do Fundo Social, com recursos destinados à educação e à saúde.

Acordo

No discurso, Lula mencionou a conversa a sós que teve com Alcolumbre, na última sexta-feira, sobre a agenda do Congresso. O presidente lembrou que o senador encaminhou para as comissões três propostas consideradas prioritárias pelo governo. Entre elas estão as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança pública e do fim da escala 6x1, além do

projeto de lei sobre minerais críticos e terras raras.

Ao mencionar a proposta sobre minerais críticos, o presidente voltou a defender que o país não se limite a exportar matérias-primas e desenvolva capacidade própria de processamento e transformação. “Desta vez a gente não vai deixar que ninguém de fora venha querer explorar os nossos minérios, porque nós vamos querer fazer a transformação deles aqui”, afirmou. Lula também defendeu investimentos em formação profissional, engenharia e pesquisa para que o Brasil consiga agregar valor aos recursos naturais.

Confirmação

Após besuntar as mãos do presidente com um pouco do petróleo descoberto, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard confirmou, oficialmente, a existência do combustível na região. “Tem petróleo, tem descoberta. A gente ainda não sabe quanto. Nós vamos continuar investindo, vamos continuar explorando e o futuro vai dizer quanto o Amapá pode nos oferecer, mas nós aqui desse macacão cor de abóbora estamos extremamente otimistas com o que a gente está encontrando por aqui”, celebrou.

Durante o discurso, Lula



Eu não estou negando a minha luta para que um dia a gente não precise utilizar combustível fóssil, porque o país vai continuar sendo o país rei da inovação nos biocombustíveis”

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

também criticou a venda de ativos da Petrobras nos governos passados e afirmou que pretende recuperar parte da capacidade produtiva perdida pela empresa. O presidente citou refinarias e fábricas de fertilizantes que, segundo ele, foram vendidas ou tiveram suas atividades paralisadas.

Lula questionou quais teriam sido os benefícios das privatizações para a população brasileira e defendeu que uma empresa estatal deve buscar soluções para ampliar a produção nacional, em vez de simplesmente vender ativos ou recorrer a importações. “Eu ainda sonho comprar de volta a refinaria que eles privatizaram”, afirmou.

O presidente também destacou a retomada da indústria naval brasileira. Lula recordou que o setor chegou a empregar 82 mil trabalhadores em 2014, mas teria recuado para cerca de 15 mil antes da atual retomada.

TALKS

CB

TALKS

Capital

MOTO WEEK

2026

▶▶▶

EMPREENDEDORISMO
E REPRESENTATIVIDADE
FEMININA

No Capital Moto Week, as mulheres ocupam cada vez mais espaços, quebram barreiras e abrem novos caminhos no universo do motociclismo.

O Correio Braziliense promoveu o Talks – "Empreendedorismo e representatividade feminina", reunindo Ju Jacinto, Cami Abreu e Elizângela Silva Braz para uma conversa inspiradora sobre liderança, representatividade e a força das mulheres.

Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

Produção:

CB Brands

ESTUDIO DE CONTEUDO

▶▶▶

INSPIRE-SE COM QUEM ESTÁ
AJUDANDO A TRANSFORMAR
ESSE UNIVERSO.

APONTE A CÂMERA PARA
O QR CODE E DÊ O PLAY.



ORIENTE MÉDIO

Ameaça a Omã e chamado à rendição

Donald Trump promete bombardear o sultanato, caso atrapalhe o diálogo entre Washington e Teerã sobre o Estreito de Ormuz. Presidente sugere que o Irã deveria “levantar a bandeira branca”. Janela de 60 dias para negociações termina

» RODRIGO CRAVEIRO

“Se Omã se meter no caminho, vamos bombardear essa p... toda.” Ao dispensar a linguagem diplomática e sem se importar com o termo vulgar, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou e advertiu o sultanato do Golfo Pérsico a não interferir no acordo com o Irã sobre o Estreito de Ormuz. EUA e Omã mantêm relações diplomáticas há 193 anos. A declaração foi dada em entrevista a Try Yingst, jornalista da emissora Fox News. Washington e Mascate negociam em separado com Teerã os termos para o controle do estreito, responsável pelo escoamento de 20% do petróleo produzido no mundo.

Trump também disse a Yingst que o Irã “deveria levantar a bandeira branca da rendição”. “Não tenho um cronograma, não estou com pressa. As eleições de meio de mandato não têm nada a ver com o que penso”, assegurou o presidente americano. No entanto, em mensagem publicada em sua plataforma Truth Social, Trump afirmou: “a meta número um é, e sempre será, que o Irã não pode ter, de jeito nenhum, uma arma nuclear”.

A janela de 60 dias de negociações com o regime iraniano para um cessar-fogo expirou, ontem, sem avanços. Ao receber jornalistas no Salão Oval da Casa Branca, o republicano admitiu que Teerã deseja um acordo, mas alertou: “Eles não vão fazer o tipo de acordo que considero necessário”. “Veja, estamos lá por um motivo: o Irã não pode ter uma arma nuclear”, reiterou. Esmael Baqaei, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, assegurou que o prazo de dois meses “caducou” após “violações” cometidas pelos americanos. “Não iniciamos nenhuma negociação porque, poucas semanas após a assinatura, começaram violações generalizadas do acordo, anulando, assim, a disposição dos 60 dias”, disse.

Em 27 de maio passado, Trump havia ameaçado bombardear Omã, caso decidisse controlar Ormuz com Teerã. “Omã se comportará como todo mundo, ou teremos de explodi-lo”, declarou, na época, durante reunião de gabinete na Casa Branca. Na última sexta-feira, o republicano

Kent Nishimura/AFP



Donald Trump após discurso na Academia de Polícia do Condado de Nassau, em Nova York: em maio, republicano tinha alertado aliado árabe

Eu acho...

Arquivo pessoal.



“Quando não consegue gerenciar os problemas de fora, nem os internos, Trump procura criar fatos. A ameaça de bombardeio a Omã é um deles. Considero arriscado, nesse momento de campanha eleitoral e de problemas internos, Trump se lançar em mais uma aventura militar. O cálculo estratégico dele passa por outro caminho, o de demonstração de força.”

CRISTINA PECEQUILO, professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

causou polêmica ao sugerir a transformação do Estreito de Ormuz em “território americano”. O presidente chamou a proposta de uma “grande ideia”. “Nós o controlamos (Ormuz). Nós o controlamos com o bloqueio. Gosto da ideia de declará-lo um território. Temos controle total sobre o estreito. Ora, eles podem causar transtornos, podem colocar uma mina na água... mas o bloqueio tem sido muito eficaz”, observou. Professora de relações

internacionais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Cristina Pecequillo vê uma “elevação de tom” do republicano que coincide com a “incapacidade do governo Trump de colocar um ponto final que beneficie os Estados Unidos no conflito com o Irã”. “Também vejo uma manutenção da posição do Irã como um pivô regional, apesar de todas as dificuldades. Todas as movimentações que temos observado são feitas à revelia do interesse americano. Quando os EUA

ameaçam um país que é, na prática, um aliado (Omã), isso significa que existe um desencontro diplomático entre as duas nações”, explicou ao **Correio**. “Isso tem ficado cada vez mais patente porque Omã tem ajudado o Irã a buscar soluções que não passariam por uma influência americana nem por permitir que o Ocidente tivesse um controle mais direto sobre o Estreito de Ormuz.”

De acordo com Pecequillo, a declaração de Trump visa pressionar cada vez mais o Irã e demonstrar a insatisfação da Casa Branca com essa situação. “Isso vem à sombra de mais uma pesquisa de opinião que mostra a contínua perda de apoio do governo Trump”, destacou. “Na última pesquisa, o republicano estava com 36% de apoio popular; agora aparece com 33%. É algo preocupante, porque muitos eleitores do partido sentem-se muito pouco à vontade com a pauta do Trump.” A professora ressaltou que a recuperação econômica, uma das questões centrais, não tem acontecido.



Omã se comportará como todo mundo, ou teremos de explodi-lo”

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, em 27 de maio

Iêmen

Em outra frente do conflito, rebeldes xiitas huthis do Iêmen, aliados do Irã, dispararam contra uma embarcação militar da Arábia Saudita e contra quatro navios de escolta no Mar Vermelho. A ofensiva, de acordo com o porta-voz militar huthi, Yahya Saeed, insere-se no bloqueio marítimo contra a Arábia Saudita, aliada dos Estados Unidos.

ÁSIA

Trump manda recado à Coreia do Sul

Donald Trump se viu, ontem, sob críticas de congressistas da oposição democrata — e até de um senador do Partido Republicano (governista) depois de anunciar a redução na escala de um exercício militar conjunto com a aliada Coreia do Sul, horas antes do início das manobras. Na véspera, o presidente americano tinha justificado a decisão em nome de não enviar um sinal “totalmente inadequado e hostil” ao líder do regime comunista da Coreia do Norte, Kim Jong-un, com quem diz manter “uma boa relação”.

A postagem, porém, deixa entrevista outra ordem de motivo para a opção de limitar o exercício: a recusa do governo aliado a se somar ao esforço de guerra dos EUA

no Oriente Médio. “Recentemente, perguntei ao presidente da Coreia do Sul se eles gostariam de se juntar a nós na desnuclearização da República Islâmica do Irã, e eles disseram: ‘Não, obrigado!’”, creveu Trump. Em outra publicação, ele resgatou uma foto ao lado de Kim durante encontro em 2019, quando cumpria o primeiro mandato na Casa Branca. Nella, afirmou que, como já não era possível cancelar atividade, ordenou ao secretário da Defesa, Pete Hegseth, que “reduzisse substancialmente” seu alcance.

“O governo acompanha de perto a mensagem publicada pelo presidente Trump nas redes sociais, e espera que a relação amistosa entre os líderes dos EUA e da Coreia do Norte resulte em um diálogo

significativo”, diz um comunicado do gabinete presidencial de Seul. O Ministério da Defesa confirmou que os exercícios, batizados como Escudo de Liberdade Ulchi, “estão se desenvolvendo conforme o planejado”. Segundo o coronel Ryan Donald, porta-voz do Comando das Forças Combinadas Americanas e Sul-Coreanas, as manobras simularão combates contra soldados norte-coreanos, fortalecidos pela participação ao lado da Rússia na guerra contra a Ucrânia.

“Abandono”

O democrata Jack Read, principal opositorista na Comissão de Assuntos Armados do Senado, classificou a medida como “insensata e improvisada”. “Quando o presidente Trump

reduz exercícios militares para bacular um ditador, ou pune a Coreia do Sul por se recusar a participar de uma guerra que ele iniciou, isso faz com que todos os nossos aliados — e adversários — pensem que os compromissos dos EUA são negociáveis”, criticou. “China e Rússia estão observando o quão facilmente o presidente abandona os aliados, e se lembrarão disso na próxima vez que formos testados.”

O senador republicano Thom Tillis fez coro aos adversários. “Reduzir os exercícios conjuntos com a Coreia do Sul significa nada mais do que liberar milhares de tropas norte-coreanas para apoiar o sequestro sistemático, a tortura, o estupro e o assassinato de cidadãos ucranianos inocentes por Putin”, disparou.

Yonhap/AFP



Tropas americanas na base de Camp Humphreys, em Pyeongtaek

Por que juros extorsivos e metas irrealistas destroem o Brasil sem baixar a inflação



» JOSÉ LUIS OREIRO*
Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB)

Tornou-se um dogma quase religioso entre analistas e economistas ligados ao sistema financeiro a tese de que a desaceleração da atividade econômica é um “efeito desejado” do aperto monetário e que o Banco Central precisa manter a taxa de juros nas alturas para “reconstruir sua credibilidade”. Essa narrativa, embalada por jargões técnicos para impressionar o leigo, tenta convencer a opinião pública de que o remédio amargo dos juros reais mais altos do mundo é a única alternativa para conter os preços. Trata-se, contudo, de um diagnóstico profundamente equivocado, que confunde a doença com o remédio e sacrifica o desenvolvimento nacional no altar do rentismo.

O vício de origem desse arranjo reside na fixação de uma meta de inflação em 3% ao ano. Nos últimos 27 anos de vigência do sistema de metas no Brasil, a média histórica do IPCA acumulado em 12 meses situou-se acima de 5,5%. Essa diferença não é mero detalhe estatístico: reflete a realidade de uma economia dotada de forte memória inflacionária e mecanismos arraigados de indexação formal e informal.

Contratos de aluguel, tarifas públicas, mensalidades escolares e reajustes salariais são recompostos olhando para o retrovisor — isto é, pela inflação passada, e não pela meta futura fixada no papel. Tentar impor uma meta de 3% a uma economia estruturada para remarcar preços com base em 5% ou 6% equivalem a exigir que um veículo

popular alcance a velocidade de um carro de Fórmula 1 apenas pisando no acelerador do estrangulamento monetário. A meta não guia as decisões do dia a dia; serve apenas para assegurar o seu descumprimento.

É exatamente nesse ponto que desmorona a falácia da “construção de credibilidade”. No sentido coloquial e na boa prática das instituições, ter credibilidade significa demonstrar a capacidade de cumprir aquilo que se comprometeu a realizar. Quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabelece um objetivo descolado das possibilidades concretas da estrutura produtiva, o Banco Central é condenado a falhar. A perda de reputação da autoridade monetária não decorre de uma suposta falta de firmeza em elevar a Selic, mas sim da própria irrealidade da meta estipulada. Prometer o impossível e fracassar sistematicamente não gera confiança; gera descrédito. Insistir nessa fórmula na esperança de que a realidade se dobre magicamente ao modelo abstrato é a clássica “indução reversa” denunciada pelo saudoso Mário Henrique Simonsen: o erro metodológico de querer forçar o mundo real a se encaixar na teoria, em vez de ajustar a teoria aos fatos.

O aspecto mais perverso — e tragicamente menos compreendido — dessa política é que manter a taxa Selic em patamares extorsivos por tempo prolongado acaba sendo contraproducente para o próprio controle da inflação no médio e longo prazo. Na teoria macroeconômica, chamamos esse fenômeno de histerese do lado da oferta. Quando o crédito se torna proibitivo e a taxa de juros real supera em muito o retorno da atividade produtiva, o empresariado paralisa investimentos, cancela a modernização de fábricas e adia projetos de inovação. Paralelamente, o desemprego e o subemprego prolongados depreciam as qualificações dos trabalhadores.

O resultado prático é a atrofia da capacidade

instalada da economia. Ao destruir o potencial de oferta da indústria e dos serviços, qualquer ensaio de recuperação futura da demanda faz com que o país esbarre rapidamente em gargalos de produção. Em bom português: ao estrangular o investimento produtivo hoje sob o pretexto de conter a demanda, a taxa de juros excessivamente alta gera escassez e contrata a inflação de amanhã. A política monetária torna-se, assim, a geradora do próprio problema que promete combater.

Se a estratégia é tecnicamente falha e danosa ao país, por que o mercado financeiro a defende com tamanha intransigência? A resposta não está na ciência neutra, mas no conflito distributivo. A taxa de juros não é uma variável puramente técnica; é um instrumento que determina quem ganha e quem perde na sociedade. Juros reais estratosféricos garantem rentabilidade elevada, segura e sem risco para detentores de capital financeiro e intermediários de títulos da dívida pública. Por outro lado, cobram a conta sobre a produção real, sobre os cofres públicos — que sangram centenas de bilhões de reais em pagamento de juros da dívida —, e sobre os trabalhadores, punidos com a precarização do emprego. A retórica da “dívida de credibilidade” nada mais é do que o álbi perfeito para perpetuar a transferência maciça de recursos da sociedade para o rentismo.

Está na hora de encarar o debate monetário com pragmatismo e coragem. Reconstruir a verdadeira credibilidade da política monetária exige alinhar a meta de inflação com a realidade estrutural brasileira — ajustando-a para um patamar factível, como 4% ou 4,5% —, ao mesmo tempo em que se enfrentam os mecanismos institucionais de indexação de preços e tarifas. O Brasil precisa libertar seu setor produtivo da armadilha dos 3% e parar de sacrificar seu futuro em nome de dogmas que enriquecem a especulação e empobrecem a nação.

O direito à rua e o direito de não ter medo



» FÁBIO PAIVA
Jornalista, escritor, designer gráfico e analista de conteúdo multiplataforma

Uma criança de cinco anos estava ao lado da mãe, na 302 Sul, em Brasília, quando um homem se aproximou e, sem motivo aparente, desferiu um chute contra sua cabeça. A cena, registrada por câmeras de segurança, é brutal. O agressor, um homem em situação de rua, foi detido. Mais preocupante é perceber que episódios de violência envolvendo pessoas que vivem nas ruas têm se repetido no Distrito Federal.

Em janeiro de 2024, publiquei neste **Correio Braziliense** o artigo *Terra abandonada*. O grito ambiental nas ruas e a urgência da justiça verde. Naquele momento, manifestei preocupação com a crescente ocupação de áreas públicas por acampamentos e questioneei as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal que proibiu o recolhimento forçado de bens e pertences, assim como a remoção e o transporte compulsório da população em situação de rua.

Passados dois anos e meio, volto ao tema. Não porque o problema tenha sido resolvido, mas porque ganhou contornos ainda mais preocupantes.

Continuam visíveis a ocupação e a degradação de áreas verdes, o descarte irregular de lixo, a sujeira e a deterioração de espaços que pertencem a toda a sociedade. A isso se soma a sensação de insegurança, principalmente no Plano Piloto. E agora há algo que não pode ser relativizado: a violência.

É indispensável deixar claro que a população em situação de rua não constitui um grupo homogêneo de criminosos. São milhares de brasileiros em condições extremas de vulnerabilidade, muitos atingidos pela pobreza, rompimento de vínculos familiares, dependência química ou transtornos mentais. Precisam de assistência, tratamento, acolhimento e oportunidades para reconstruir suas vidas. São também, frequentemente, vítimas da violência.

Reconhecer essa realidade, entretanto, não significa fechar os olhos para outra.

Dados oficiais da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal mostram que, em 2023 e 2024, na região central de Brasília, 73% dos homicídios consumados envolveram pessoas em situação de rua como vítimas. Mas o mesmo levantamento revela que 60% tiveram pessoas em situação de rua na condição de autor.

Portanto, não estamos falando apenas de percepção de insegurança. Estamos diante de um problema concreto de segurança pública e, simultaneamente, de uma tragédia social. Pessoas vulneráveis estão matando e morrendo nas ruas. E cidadãos que nada têm a ver com essa realidade também estão sendo ameaçados e agredidos. Quando uma criança de cinco anos recebe um chute na cabeça enquanto simplesmente acompanha a mãe, alguma coisa falhou gravemente.

É preciso romper com a falsa escolha entre defender os direitos humanos da população em situação de rua e defender a segurança de quem caminha pelas ruas de Brasília.

Quem vive na rua tem direito à dignidade. Quem anda pela rua tem direito à segurança. O Estado tem obrigação de garantir ambos.

Não é razoável que famílias tenham medo de caminhar por determinadas áreas, que comerciantes convivam com ameaças ou que cidadãos alterem seus trajetos porque não se sentem seguros. Da mesma forma, não é aceitável abandonar seres humanos em calçadas, marquises e áreas verdes e chamar isso de respeito à liberdade individual. Há uma enorme diferença entre acolher e abandonar.

A decisão do STF estabeleceu limites para ações compulsórias do poder público e buscou proteger uma população historicamente vulnerável. Mas não pode servir de pretexto para a paralisia do Estado. Casos envolvendo dependência química grave, transtornos mentais, comportamento violento ou risco concreto para a própria pessoa ou terceiros exigem atuação integrada das áreas de saúde, assistência social e segurança pública, sempre dentro da lei.

Também é preciso distinguir quem precisa de ajuda de quem utiliza acampamentos como esconderijo ou ponto de apoio para a prática de crimes. Proteger os vulneráveis significa, inclusive, impedir que criminosos se aproveitem dessa vulnerabilidade.

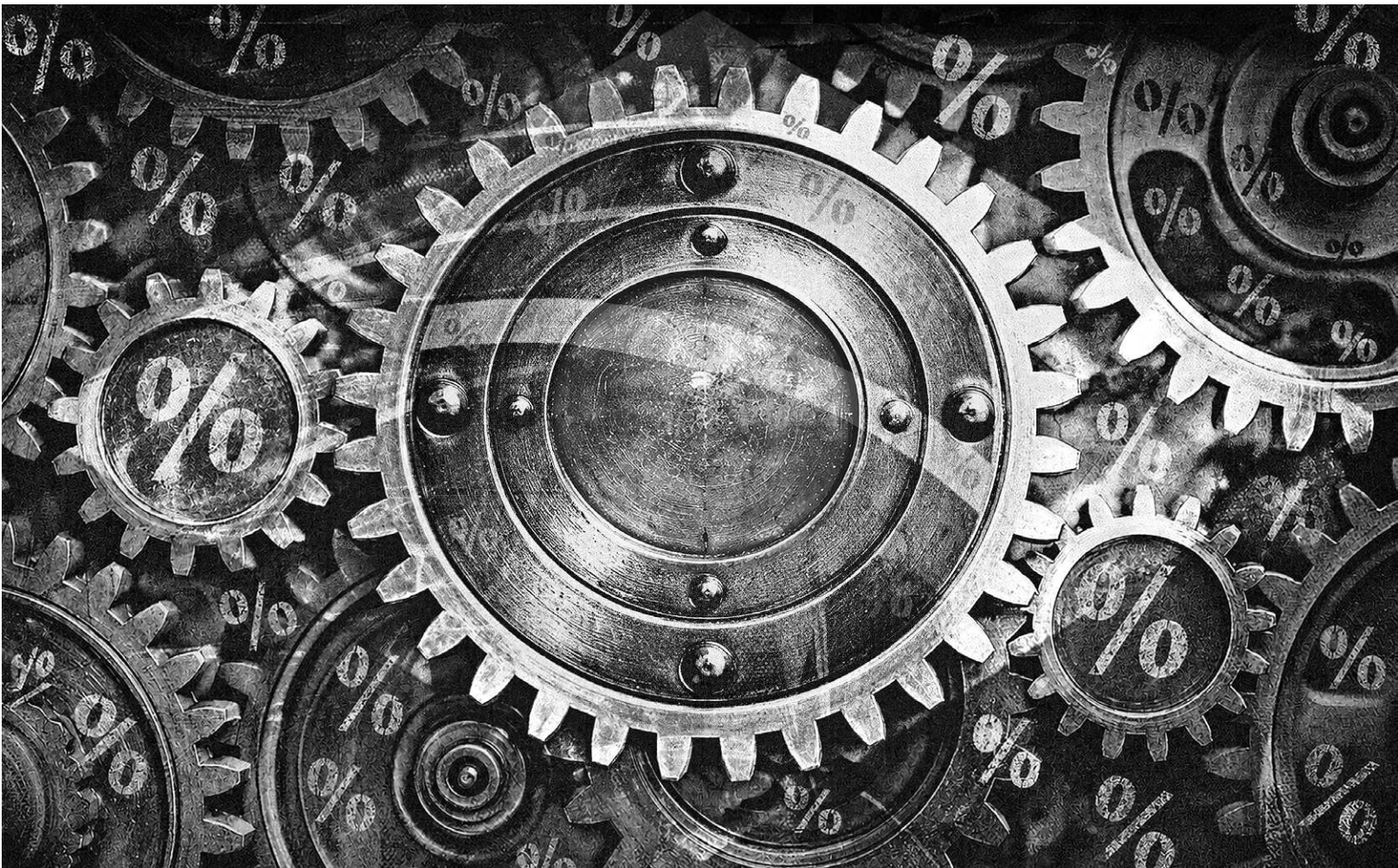
Brasília foi concebida com enormes espaços públicos e áreas verdes que pertencem a todos. Quando parte da população passa a evitá-los por medo, alguma coisa essencial da cidade se perde.

Em 2024, escrevi que Brasília estava se transformando em uma “terra abandonada”. Hoje, acrescento uma preocupação ainda mais grave: não podemos permitir que o medo seja incorporado à paisagem da capital.

Direitos humanos não podem existir pela metade. A pessoa em situação de rua merece proteção, dignidade e oportunidade para recomeçar. Mas a criança que caminha com a mãe, o idoso que atravessa uma praça, o trabalhador que espera o ônibus e a mulher que volta para casa também têm direitos fundamentais.

Entre eles, um dos mais elementares: o direito de não ter medo.

Maurenilson/CB/D.A Press



O futuro ancestral da educação



» EMERSON PEREIRA
Diretor de tecnologia educacional do Colégio Bandeirantes

início de um novo ciclo letivo é sempre um momento de reflexão sobre os rumos do ensino e sobre como preparamos as novas gerações para um mundo em constante transformação. Recentemente, tive a oportunidade de integrar uma comitiva de lideranças educacionais brasileiras em uma imersão pela China. O objetivo era claro: mergulhar no ecossistema de tecnologia, inovação e cultura do país que hoje dita o ritmo da transformação digital global.

Ao percorrer hubs tecnológicos como Shenzhen, uma metrópole de 19 milhões de habitantes frequentemente chamada de o Vale do Silício chinês, a visão de futuro impressiona. Vemos robôs humanoides desenvolvidos pela Ubtech com toque sensível para assistência social, óculos de tradução simultânea da iFlytek superando barreiras linguísticas e o instituto de pesquisa SIAT, capaz de registrar uma média de seis patentes por dia. A integração entre empresas, centros de pesquisa e universidades é total. No entanto, o aprendizado mais profundo para a educação não reside apenas na velocidade com que a tecnologia é criada, mas na forma como ela é integrada à formação humana e à sociedade.

Nas instituições de ensino visitadas, o impacto da inteligência artificial (IA) já é uma realidade estruturada. Na Dandelion Middle School, voltada para a equidade e o acolhimento de filhos de migrantes, a avaliação adaptativa por IA convive com iniciativas de cura emocional e engajamento comunitário. Na Shenzhen Nanshan Renzhi Experimental School, os estudantes operam as próprias máquinas e interagem diretamente com a IA no cotidiano. Já na Moonshot School, referência em ensino STREAM (sigla em inglês para Ciências, Tecnologia, Robótica, Engenharia, Artes e Matemática), os alunos desenvolvem projetos com foco em vibe coding e empreendedorismo, enquanto professores atuam como designers de experiências apoiados por assistentes virtuais de IA.

Essas experiências reforçam uma diretriz que ganha força no cenário internacional — como o plano liderado em Hong Kong para tornar o ensino de IA obrigatório nos currículos até 2028 —, mas também acendem um alerta fundamental: o avanço tecnológico precisa caminhar lado a lado com o letramento ético e o desenvolvimento socioemocional.

Na China, é notável a escolha consciente sobre quais tecnologias entram na sala de aula. Ao mesmo tempo em que a IA é aplicada de forma intensiva no aprendizado, o uso de redes sociais no ambiente escolar é estritamente controlado. Há um equilíbrio intencional entre o domínio técnico e o estilo de vida, fundamentado no respeito à cultura local. Um exemplo simbólico dessa mentalidade pode ser visto em um centro médico de última geração que visitamos: no pátio do edifício moderno, mantinha-se preservada uma pequena casa de

construção antiga, lembrando a todos as origens e a história daquela comunidade.

Ao observar esse contraste entre inovação e preservação, foi inevitável lembrar de Futuro ancestral, de Ailton Krenak. Na obra, o autor questiona a ideia de que o progresso exige o rompimento com nossas origens e propõe um caminho em que tecnologia, cultura e memória caminham juntas. Essa é uma convicção que o Colégio Bandeirantes fortalece há décadas: formar jovens preparados para o futuro, conectados à sua identidade, à sua história e aos valores que sustentam uma sociedade democrática.

Trazemos essa provocação para a nossa Semana Pedagógica e para a prática diária com nossos professores e alunos. A incorporação da inteligência artificial e de ferramentas avançadas de aprendizagem não se resume a adotar novas plataformas; trata-se de ensinar a usar a tecnologia de forma crítica, ética e responsável.

Nossa missão educacional é formar seres humanos resilientes à tecnologia. A IA deve atuar como um meio de expansão do potencial humano, um assistente para potencializar a autoria e a resolução de problemas complexos, e nunca como um substituto do pensamento crítico, da empatia e do discernimento moral.

A medida que o mundo avança rumo a uma convivência cada vez mais estreita com algoritmos e robótica, a escola reafirma o seu papel insubstituível: o de ser o espaço por excelência de desenvolvimento ético, cidadania e valores humanos. O futuro da educação pertence àqueles que sabem dominar a técnica sem jamais esquecer quem são.

Impacto “hereditário” das telas

» PALOMA OLIVETO

Uso excessivo de telas — pelos pais — pode comprometer o desenvolvimento da linguagem nas crianças. O alerta é de um estudo da Universidade de Oslo, na Noruega, publicado na revista *Jama Pediatrics*. Os pesquisadores acompanharam 747 meninas e meninos dos 5 aos 7 anos para verificar o impacto do tempo de uso dos smartphones pelos responsáveis no vocabulário dos filhos. Ter um dispositivo próprio nessa fase da vida também foi associado a um desempenho linguístico inferior, segundo os autores.

A pesquisa começou em 2023, quando os participantes tinham, em média, 5 anos. Eles foram avaliados a cada 12 meses ao longo de três anos. Os cientistas utilizaram modelos estatísticos de crescimento para separar uma característica importante, a diferença que a criança já exibia no início do estudo daquela relacionada à evolução de suas habilidades linguísticas ao longo do tempo.

A linguagem foi avaliada por meio de dois testes padronizados. Um deles mediu o chamado vocabulário receptivo — a capacidade de compreender palavras. O outro avaliou a linguagem receptiva, ou seja, a habilidade de entender a mensagem ouvida, lida ou representada por gestos. As análises foram realizadas na educação infantil.

Tempo

Os pesquisadores também coletaram informações sobre o tempo que as crianças passavam diante de telas durante a semana, incluindo sábado e domingo. Além disso, verificaram se elas tinham tablet, computador ou smartphone próprio. Em relação aos adultos, foram avaliados o uso de redes sociais pelas mães e pelos pais e, no caso do principal responsável, o período total registrado no celular.

A medida mais objetiva veio dos telefones dos adultos. Os pesquisadores pediram que o principal responsável extraísse o tempo de uso do próprio smartphone, considerando a média diária de uma semana. O resultado autorrelatado foi de 3,21 horas/dia. Cerca de 23,6% dos participantes ultrapassaram 240 minutos.

Entre as crianças, 26% dedicavam mais de uma hora por dia às telas na semana útil. Aos sábados e



PixaBay/Divulgação

Segundo o estudo norueguês, o uso do smartphone pelos pais explicou cerca de 4,5% da variação no desenvolvimento linguístico da criança

Arquivo pessoal



É importante oferecer outras formas de interação, fora das telas"

Anna Dominguez Bohn, presidente do Núcleo de Estudo da Criança com Deficiência da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP)

domingos, 22% excediam esse tempo. Mais de quatro em cada 10 participantes — 45,5% — tinham pelo menos um dispositivo digital próprio. O tablet era o equipamento mais comum: 43,2% das crianças possuíam um.

Relação

Quando os pesquisadores analisaram o tempo de smartphone do principal responsável pela criança, cada hora adicional de uso diário esteve associada a uma redução de 0,42 ponto no crescimento anual do vocabulário receptivo. A relação permaneceu depois que os cientistas ajustaram os modelos levando em conta a escolaridade dos pais e a renda familiar. O uso do smartphone explicou cerca de 4,5% da variação na melhora ou piora no desenvolvimento linguístico.

Os pesquisadores da Universidade de Oslo explicam que o vocabulário continua se expandindo ao longo do desenvolvimento e

depende fortemente da quantidade e da qualidade dos estímulos linguísticos recebidos pela criança. Já a gramática tem características diferentes de aprendizagem e pode ser menos sensível às variações do ambiente doméstico nessa faixa etária, o que explicaria as descobertas.

Outra possível explicação está no modo como o smartphone interfere nas interações familiares. O uso do aparelho costuma ocorrer de maneira intermitente, desviando a atenção do adulto. Assim, mesmo quando o pai ou a mãe não está deliberadamente ignorando a criança, notificações, mensagens e outras atividades no telefone podem interromper conversas e diminuir oportunidades de interação.

Famílias

A pediatra Anna Dominguez Bohn, presidente do Núcleo de Estudo da Criança com Deficiência da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP) e membro da

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), destaca que, na educação infantil, a orientação é evitar as telas. Ela ressalta a importância da família não apenas no controle do tempo de uso, mas no conteúdo. “Precisamos instrumentalizar as famílias. É importante oferecer outras formas de interação, fora das telas, e saber identificar sinais de alerta quando algo não vai bem”, afirma.

Os pesquisadores de Oslo ressaltam que o aspecto do conteúdo não foi avaliado no estudo, mas concordam que, em vez de compartilhar telas com os filhos, os responsáveis poderiam dedicar o tempo em família a outras experiências. “Um maior uso geral do smartphone pode representar menos oportunidades para conversas, leitura compartilhada, brincadeiras e histórias — experiências que oferecem à criança contato com novas palavras e diferentes formas de expressão”, escreveram.

O estudo publicado na *Jama Pediatrics* cita pesquisas

anteriores que apontam na mesma direção. Uma delas, de pesquisadores da Universidade de Wollongong (UOW), na Austrália, mostrou que o uso do celular pode interromper a interação entre pais e filhos; outra, da Universidade do Texas, em Austin, identificou que mães falavam menos com bebês quando usavam o telefone. Também há evidências de que leitura compartilhada e maior quantidade e qualidade da linguagem oferecida pelos adultos responsáveis estão relacionadas ao desenvolvimento linguístico infantil.

Para a terapeuta Tatiana Pachter Nazato, de Santa Catarina, na discussão sobre crianças e uso de telas, é importante que os adultos autorregulem o uso dos smartphones. “Silenciar perfis que provocam comparação, limitar horários de uso, evitar redes antes de dormir e substituir parte do tempo on-line por convivência presencial são medidas simples, mas relevantes”, diz.

ARQUEOLOGIA

Transformações na "cidade dos mortos"

A Necrópole Tebana, em Luxor, no Egito, é composta por mais de 400 sepulturas construídas no local desde a 25ª Dinastia (754-656 a.C.) até o fim do período ptolomaico (305-30 a.C.). Para entender como esse espaço funerário foi usado e reutilizado durante tanto tempo, pesquisadores da Universidade de La Laguna, na Espanha, fizeram uma reconstrução minuciosa da câmara três do túmulo TT 209, estudando a deposição dos corpos e a transformação da cidade dos mortos ao longo dos séculos.

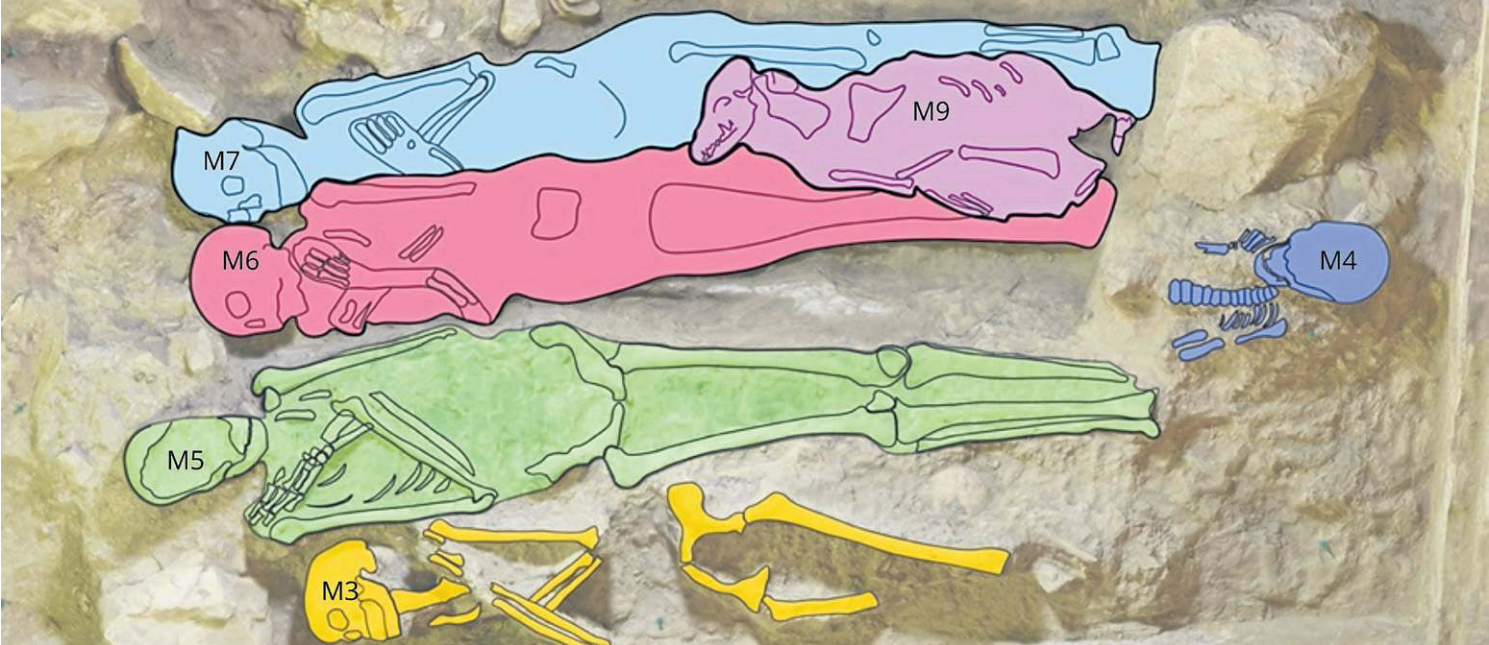
A equipe escavou a câmara, fotografou as múmias e elaborou esboços e descrições de sua posição, orientação e relação com as estruturas da tumba. O complexo estudado contém nove depósitos funerários, incluindo sepultamentos individuais e coletivos, bem como objetos funerários associados. O estudo foi publicado na revista *Frontiers in Environmental Archaeology*.

“Encontramos um total de 16 indivíduos humanos mumificados, um cão mumificado e um depósito perturbado contendo os restos mortais de pelo menos quatro”, disse o primeiro autor, Jared Carballo-Pérez. “O estudo detalhado dos corpos não indica nem acúmulo caótico, nem perda do ritual original ao longo do tempo. Em vez disso, havia uma lógica espacial na qual cada nova deposição era adaptada à presença de corpos anteriores — uma espécie de memória funerária nos processos de reutilização.”

Densidade

Nos depósitos mais antigos, a equipe observou sepultamentos relativamente separados, onde os corpos foram colocados em caixões. Os primeiros indivíduos parecem ter sido de alta posição social e foram enterrados com amuletos e objetos preciosos. Mais tarde,

J. Carballo-Pérez/Divulgação



Detalhe da sobreposição e das relações espaciais entre os indivíduos enterrados na tumba TT 209, incluindo um cachorro

no fim da 25ª dinastia e durante o período persa (por volta de 680-404 a.C.), os restos mortais começaram a ser inseridos em qualquer espaço ainda disponível. Isso resultou em um uso mais denso do espaço.

Em alguns casos, foi possível observar uma mudança no

posicionamento dos membros, por exemplo, um braço dobrado, enquanto em sepultamentos anteriores os braços eram tipicamente estendidos. Na seção sudeste da câmara, quatro múmias e um cão mumificado estão enterrados uns sobre os outros, datando do período

ptolomaico. “Um detalhe que considero bastante belo é a presença de um cão mumificado colocado diretamente sobre as múmias de um homem e uma mulher”, disse Carballo-Pérez. “Isso pode indicar uma relação próxima entre esses indivíduos humanos e o animal.”

Segundo os autores do estudo, a investigação sobre o depósito de túmulos ajuda a avançar em um dos aspectos mais fascinantes do antigo Egito. “Isso nos ajuda a desenvolver uma melhor compreensão dos comportamentos sociais por trás das práticas funerárias”, afirma Carballo-Pérez.



» Entrevista | RAFAEL SAMPAIO | CANDIDATO A VICE-GOVERNADOR PELO NOVO

Ao *CB.Poder*, delegado da PCDF destaca a importância de ferramentas, como a inteligência artificial, para combater crimes. "O governo está claudicando", afirma. Sobre moradores em situação de rua, ele prioriza ações contra o uso de drogas

“Mais tecnologia para segurança pública”

» MANUELA SÁ*

Rafael Sampaio (Novo), candidato a vice-governador na chapa de Kiko Caputo (Novo), detalhou quais medidas tomaria em um eventual governo para melhorar a segurança no Distrito

Federal. Ontem, em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* — Sampaio afirmou ser importante melhorar a iluminação pública e as câmeras de videomonitoramento. Durante a

sabatina eleitoral, o delegado da Polícia Civil do DF defendeu a realização de exame toxicológico para que pessoas em situação de rua recebam benefícios sociais. As jornalistas Ana Maria Campos e Adriana Bernardes, o

candidato falou a respeito do uso de inteligência artificial para cruzar informações sobre mulheres que são potenciais vítimas de feminicídio e a necessidade de recompor as forças de segurança.



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

Ed Alves/CB/D.A Press

O que precisa mudar ou ser aperfeiçoado em relação à segurança pública?

Nós preparamos um plano de governo bem extenso, envolvendo todas as áreas relevantes do Governo do Distrito Federal (GDF), com 344 propostas. Tive a honra de participar da concepção desse plano. Quando Kiko Caputo me convidou para integrar a chapa, fiquei extremamente feliz e me senti lisonjeado. Entendi que era uma mensagem muito clara do que ele esperava transmitir para a população do DF. Em primeiro lugar, houve uma clara preocupação com a segurança pública, sendo eu um integrante da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). É uma mensagem para os servidores públicos do DF, tendo em vista minha origem tanto como servidor quanto como líder de representação de classe, de que teremos as portas abertas para o diálogo com os servidores. Vejo que a segurança pública do DF não está bem. Isso quem diz é a própria população. Acompanhamos nos últimos anos um decréscimo, não só no DF, mas em todo o Brasil, dos crimes violentos, mas isso não foi acompanhado pela sensação de segurança. Recentemente, estive na Secretaria de Segurança e participei da coordenação e execução do plano de segurança. A gente observava pelos estudos que nós contratamos, como alguns da Universidade de Brasília (UnB), da Secretaria de Ciência e Tecnologia, da Universidade Católica de Brasília (UCB), de que o cidadão não está se sentindo confortável nas ruas do DF. Essa realidade precisa ser enfrentada.

De que forma um eventual governo seu e de Caputo vai devolver aos brasilienses essa sensação de segurança?

Precisamos enfrentar alguns temas para devolver essa segurança ao cidadão. Temas que muitas vezes não estão diretamente relacionados à parte da segurança pública. Todas as pesquisas indicam, por exemplo, que um dos fatores que mais gera medo é a falta de iluminação pública. Em todas as reuniões do Conselho de Segurança, ela aparece como uma das principais pautas a serem resolvidas. O governo está claudicando em relação a esse tema. Os estudos relacionados à sensação de segurança envolvem vários fatores e, muitos deles, não estão relacionados a uma atuação das forças de segurança, que é a área que nós tratamos como segurança pública ordinariamente. Temos a questão da desordem pública. A desordem gera violência. Isso é uma realidade. Os dados, no mundo todo, indicam isso.

Que tipo de desordem?

Todas. Ela começa desde o design de ambiente. Há estudos desenvolvidos tanto pela Secretaria de Segurança quanto pela Polícia Militar

do DF que mostram que há uma forma de prevenir o crime por meio do design de ambiente. Em Miami, nos Estados Unidos, por exemplo, exigem-se um relatório de impacto de segurança para grandes empreendimentos. Eles demandam que determinados empreendimentos, de acordo com o fluxo de pessoas que eles vão receber, instalem câmeras de videomonitoramento em pontos específicos e forneçam essas imagens para a segurança pública da cidade. Isso é uma medida relativamente simples que pode ser adotada pelo GDF. No começo do ano passado, tive a oportunidade de entregar a Sandro Avelar (ex-secretário de Segurança Pública do DF) uma ideia de projeto chamada Visão 360. Fico feliz, porque acho que, em alguma medida, isso foi executado pela Secretaria de Segurança. Era uma ideia, e não um projeto, porque não tinha os elementos de um projeto de política pública. O programa DF 360 é pior do que o projeto que concebi. O inteligenciamento desse programa é pífio. O sistema de emergência que nós utilizamos (hoje) é ultrapassado. Temos no mercado sistemas de atendimento de emergência muito superiores.

Temos tido, especialmente neste ano, situações graves envolvendo pessoas em situação de rua. Como os senhores pretendem resolver essa questão?

Todas as pesquisas indicam que a população em situação de rua vive no DF um problema de segurança pública, não um problema somente social. O censo dessa população, feito em 2022 pela primeira

vez e em 2025 pela segunda, indica que tínhamos, em 2025, mais de 3.500 pessoas em situação de rua no DF. Desse total, 79% usavam drogas quando passaram a viver nessa condição. Posteriormente, 86% declaram que são usuários de drogas. Ou seja, essas pessoas entre os 79% e 86% começaram a consumir droga depois de passarem a viver em situação de rua. Temos um problema de drogadição severo.

Qual política para esse grupo os senhores fariam em um eventual governo?

Não podemos alimentar um vício. Os benefícios que estão sendo fornecidos para esse grupo são chamados, pela própria população, de “vale-noia”. Eles são utilizados para alimentar um vício. Então, precisamos ter clareza nas nossas políticas e enfrentar a situação devidamente. Não dá para fingirmos que essas pessoas precisam de uma qualificação profissional. Não é só isso. Eles têm um problema de vício em droga. Nossa proposta é colocar em norma que é necessário um exame toxicológico para receber o benefício social.

Qual solução o senhor avalia para reduzir os crimes de feminicídio?

Esse é um problema sensível ao qual nós daremos toda atenção. Em relação à violência contra a mulher e contra vulneráveis, como um todo, podemos utilizar o instrumento da predição. Estamos vivendo uma revolução tecnológica, a revolução da inteligência artificial. Isso permite ao Estado confrontar dados


Não podemos alimentar um vício. Os benefícios que estão sendo fornecidos para esse grupo são chamados, pela própria população (em situação de rua), de 'vale-noia'”


Todas as pesquisas indicam, por exemplo, que um dos fatores que mais gera medo (à população) é a falta de iluminação pública”

em uma velocidade e a um volume que antes não era possível, respeitando a intimidade das pessoas e a proteção de dados. Precisamos cotejar dados da saúde, do serviço social, da segurança e da Justiça para entender qual o risco, diante da experiência que o Estado teve fazendo o atendimento às mulheres e a outros vulneráveis, que aquela pessoa está vivendo. Em uma situação em que uma mulher vai a um hospital lesionada, por exemplo, e convive com um indivíduo, podemos cotejar para ver quem é esse indivíduo. O Estado é muito amplo, e ele atende de várias formas o cidadão. Todas essas informações precisam ser utilizadas para que a gente consiga prever qual é o risco de essa mulher, estando com esse indivíduo, estar sendo vítima de violência ou de vir a ser no futuro. Isso é importante para que nós possamos monitorar de perto e para que não venhamos a ter uma nova vítima fatal.

Em relação ao déficit de pessoas nas forças de segurança pública, é possível equalizar isso em um mandato de quatro anos?

O DF vem tratando muito mal, ao longo da história, o Fundo Constitucional (FCDF, que destina recursos para segurança pública, saúde e educação). Entrei a fundo nesse debate quando fui presidente do Sindicato dos Delegados, porque nós vimos a fatia da segurança pública sendo reduzida com o tempo. A PCDF, que no início do Fundo Constitucional chegava a representar 20% do fundo, hoje, é pouco mais de 10%. Então, o Estado vai

espremendo a segurança pública para sobrar recursos para aquelas competências que são comuns, como saúde e educação. É competência da União e também é do DF. Segurança pública é competência exclusiva da União, ou seja, do Fundo Constitucional. É um problema de concepção do próprio fundo. Ele mistura competências distintas. Então, é interessante para o Estado sempre pressionar a segurança pública de modo que sobre mais recursos para gastar com educação e com saúde, que não dependem da legislação federal. Todas as bondades da saúde e da educação são dadas pelo governo local. É muito melhor para o governo local ter essa massa de manobra do que tentar lidar com a segurança pública, que depende, muitas vezes, da legislação federal. A recomposição das forças é urgente. Não tem como darmos as respostas que os cidadãos querem sem uma recomposição de quadros. Você consegue, de alguma forma, com tecnologia e com um videomonitoramento mais efetivo, mas você precisa dar a resposta, mandando o servidor e a viatura. Então, não é razoável nós termos quadros reduzidos quase pela metade ao longo do tempo, considerando que houve um aumento exponencial da população. Nós pretendemos usar muita tecnologia para melhorar a eficiência do Estado. No entanto, é como Kiko vem falando: o servidor público vai ser a energia que vai dar o choque de gestão que nós precisamos no DF.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

O perfil sexual e de gênero dos candidatos e candidatas



Entre os registros das 644 candidaturas no Distrito Federal, 230, ou seja, 35,71%, optaram por não divulgar a orientação sexual, informação que, pela primeira vez, passou a constar do cadastro de quem está concorrendo às eleições. Entre os que apresentaram esses dados no DF, 385 afirmaram ser heterossexuais, 11 são gays, 10 são bissexuais e oito são lésbicas. A medida foi aprovada por meio de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas não obriga ninguém a apresentar sua orientação sexual. No registro, o candidato ou a candidata também pode declarar a identidade de gênero: se cis (que se identifica com seu gênero de nascimento) ou trans (que se apresenta e identifica com gênero diferente do seu nascimento). No DF, apenas dois candidatos se apresentaram como transgêneros.

Reprodução



Família Roriz

No último fim de semana, a governadora Celina Leão telefonou para a ex-deputada federal Jaqueline Roriz para contar uma história: esteve reunida com um grupo de ex-secretários do pai dela, Joaquim Roriz, para discutir seu plano de governo. “Roriz deve estar lá de cima vendo a turma trabalhar”, disse Celina para Jaqueline, e ainda brincando que todos eles estavam de cabelo branco. No rol de colaboradores, Fernando Leite, Takane Nascimento, Welington Moraes e Paulo Fona. Celina ainda trouxe para o seu lado o ex-secretário de Governo de Arruda, José Humberto, o Pezão, ex-administrador de Taguatinga no governo Roriz. No rol de ex-secretários rorizistas, tem ainda, Tadeu Filipelli, Fauzi Nacfur, Roney Nemer e Vandecir Camargo.

Arquivo Pessoal



Velhos tempos

Cristovam Buarque está revivendo os tempos de governador nesta campanha a deputado federal. E também fora dela. No domingo, ele se encontrou com integrantes de sua equipe no Executivo, na gestão de 1995 a 1998. Foi no aniversário de 80 anos de Rubem Fonseca, ex-presidente da CEB e ex-chefe de gabinete. Também estavam lá o ex-secretário de Governo Hélio Doyle, o de Administração Antonio Carlos de Andrade, de Obras Hermes de Paula, e de Saúde Maria José Maninha. Também estava presente o secretário-adjunto de Governo Jacy Afonso, hoje candidato a deputado distrital pelo PT. Foi uma oportunidade para relembrar velhos tempos.

Divulgação



Corrida para federal

Fábio Felix (PSol) deu a largada na sua campanha para deputado federal com uma corrida no Eixão do Lazer. Mais de 100 pessoas correram ao lado dele, entre elas a candidata ao Senado Erika Kokay (PT). No lugar do tradicional número de peito usado nas corridas, todos os participantes usaram “5050” estampado na camiseta, número de Fábio Felix na disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados.

Divulgação



Feira da Uva vai ficar em Planaltina, garante Celina

No último domingo, em sua visita à 6ª Feira Nacional da Uva e do Vinho de Brasília, em Planaltina, Celina Leão tratou de dissipar rumores. O comentário de que esta edição da feira seria a última realizada em Planaltina vinha ganhando força nas últimas semanas, desagradando a moradores e a empreendedores que atuam no evento. Porém, ao ser questionada, a governadora afirmou, categoricamente, que não vai tirar o evento da cidade. E que qualquer comentário sobre o assunto é “fake news”.

A mais fiel

Em evento no fim de semana, a governadora Celina Leão (PP) apontou Damares Alves (Republicanos) como a senadora que mais investe recursos no Distrito Federal. Celina se baseou em levantamento da Secretaria de Relações Institucionais do GDF, apresentado a Damares em reunião. Nos últimos três anos, dos R\$ 212 milhões em emendas apresentadas pela parlamentar no Congresso, R\$ 137 milhões tiveram o DF como destino exclusivo.

Carlos Moura/Agência Senado



Caixa do GDF

Segundo o relatório da pasta, as indicações priorizam a estrutura direta do governo local. A Secretaria de Saúde ficou com a maior fatia do recurso (R\$ 34,3 milhões), seguida pelas pastas da Segurança Pública (R\$ 15,1 milhões) e da Assistência Social (R\$ 6,7 milhões). O documento registra, ainda, o envio de R\$ 11,2 milhões para a saúde de municípios do Entorno, com o objetivo declarado de reduzir a pressão sobre a rede hospitalar brasiliense. Outros R\$ 63 milhões foram destinados a instituições sem fins lucrativos que atendem a crianças, idosos e pessoas com deficiência.

Oportunidade para escolher melhor

Candidatos e candidatas ao Governo do Distrito Federal vão participar de debate que será promovido pelo **Correio Braziliense** e a TV Brasília, em 1º de setembro, às 20h30. Já é uma tradição em todas as eleições o debate sobre temas importantes para que os eleitores possam tomar uma decisão sobre quem querem ver no Palácio do Buriti.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb



Educação como prioridade

Convidado do *Podcast do Correio*, ex-governador Cristovam Buarque defendeu a criação de um sistema nacional de ensino

» DARCIANNE DIOGO

Oito anos depois de disputar uma eleição — em 2018, quando tentou a reeleição ao Senado pelo Distrito Federal —, Cristovam Buarque decidiu voltar às urnas. Aos 82 anos, o ex-governador do DF e ex-ministro da Educação conta que dedicou esse período integralmente à escrita. Em 2026, tenta uma vaga de deputado federal pelo PSB e integra a chapa de Ricardo Cappelli ao GDF. Ontem, em entrevista ao *Podcast do Correio*, com as jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, Cristovam falou sobre propostas para a educação brasileira e avaliou o cenário político atual.

Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 1990, ele deixou a sigla em agosto de 2005, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e em meio à crise do escândalo do mensalão. Na época, alegou divergências políticas. “Mudei de sigla, não de partido. Meu partido é por um Brasil que considera a educação como vetor do progresso. Sou um ‘educacionista’, seja quais forem as siglas”, explicou.

O ex-ministro da Educação alegou que deixou o PT quando percebeu que o partido havia perdido o “vigor transformador”. As mesmas palavras foram usadas por ele na época de desfiliação. “O PT passou a ser um partido muito generoso na assistência, mas não na transformação, quando mudou da Bolsa Escola para o Bolsa Família. A Bolsa Escola era um programa de transformação pela educação. Já o Bolsa Família não tira da pobreza”, criticou.

Professor aposentado da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam disputou a Presidência da República uma vez, em 2006, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), e alimentava o desejo de tirar do papel as ideias e propostas para a educação. “Somos responsáveis por cada criança que nasce. O governo federal tem responsabilidade pela erradicação do analfabetismo de adultos e pela implantação de um sistema nacional, único e público de educação de base.”

Carreira nacional

Cristovam defendeu a criação de um sistema nacional, único e público de educação básica. Para ele, o país

Ed Alves/CB/D.A Press



Ex-senador volta às urnas como candidato a deputado federal

não conseguirá reduzir as desigualdades enquanto a qualidade do ensino continuar dependente da capacidade financeira de cada município.

A proposta envolve uma carreira nacional para professores, financiada pelo governo federal, além de equipamentos, edificações e padrões de funcionamento definidos nacionalmente. O ex-governador também ressaltou que as escolas devem funcionar em período integral.

Na avaliação dele, a prioridade não deve ser apenas ampliar o acesso ao ensino superior. O objetivo, segundo ele, é começar pela formação básica. Essas estratégias, segundo ele, são capazes de assegurar um padrão nacional de qualidade. Quanto a transferir aos municípios a responsabilidade pela educação básica, Cristovam avaliou como um processo difícil diante da escassez de recursos finan-



Escaneie o QR Code e confira o Podcast do Correio

ceiros para manter uma estrutura educacional de alto nível.

O ex-ministro criticou, ainda, a forma como a esquerda e a direita costumam tratar o tema. Segundo ele, a esquerda tende a enxergar a educação pela perspectiva dos trabalhadores e professores, enquanto a direita observa sob a ótica dos proprietários de escolas. Para ele, nenhuma dessas abordagens coloca a criança no centro da política educacional.

Retorno

Cristovam contou que não planejava voltar à disputa eleitoral. Nos últimos oito anos, escreveu 10 livros e mantém outros trabalhos em andamento, mas a mudança de planos, de acordo com ele, veio após cobranças para o retorno à política e por uma percepção natural de que a direita vinha ocupando espa-

ço na capital federal. “O pessoal falava que eu me omitia, mas agora ninguém pode dizer isso.”

Ao avaliar o cenário político atual, considerou que a ascensão do bolsonarismo não deve ser interpretada apenas como uma vitória da direita, mas como uma derrota da esquerda. “Não é esquerda e direita. É um líder e outro”, afirmou. O ex-governador destacou que uma terceira via só surgirá quando houver propostas capazes de romper a polarização entre os dois campos.

Sobre a disputa ao Buriti, Cristovam avaliou que o PT tem condições de chegar ao segundo turno, mas considera que Ricardo Cappelli, candidato do PSB, teria maior possibilidade de avançar e vencer a eleição. Ele atribuiu essa avaliação ao antipetismo generalizado.

Questionado sobre soluções para a crise envolvendo o Banco Master e o Banco de Brasília (BRB), Cristovam defendeu a responsabilização dos envolvidos, a recuperação dos recursos e uma negociação com o governo federal, o Banco Central, a Caixa Econômica Federal e os servidores para encontrar uma forma de reequilibrar as contas.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

A mentira impune

Por que candidatos a cargos políticos conseguem sustentar, no Brasil e em outros lugares do mundo, uma agenda explícita de destruição das florestas, da educação, da ciência, do sistema de saúde pública, das instituições democráticas e da vida? E, mais do que isso, por que conseguem a servidão voluntária de muitos? A ignorância que impera não é apenas uma força da natureza; ela é inseminada artificialmente. Durante o Brexit, circulou nas redes a informação falsa de que a

permanência da Grã-Bretanha na União Europeia “custaria 350 milhões de libras por semana” ao erário e que, se saísse do bloco, o dinheiro poderia ser investido no sistema público de saúde. Com o apoio dos bilionários americanos Robert e Rebeka Mercer, a campanha concebida por Steve Bannon, um gênio do mal, levou ao desligamento do Reino Unido da União Europeia. Há muita grana envolvida no projeto dos grupos extremistas de direita. Desde essa época, as fake news têm provocado um estrago na democracia. Não quero atulhar o leitor com números, mas alguns são inevitáveis. Segundo pesquisa do Instituto Massachussetts (MIT), uma notícia falsa tem 70% mais de chance de ser compartilhada do que uma verdadeira. É algo estarrecedor.

E outra pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 21 países, para avaliar a percepção de notícias falsas ou verdadeiras, apontou que os brasileiros têm uma média de 54% de acerto para discernir o real e o falso. Imaginem o que os outros 46% de erro provocam na hora de decidir o voto. Se eu escrevo uma coluna no jornal, não posso falar como se estivesse em um boteco, por mais indignado que esteja com um personagem da política ou com uma situação. Além da minha consciência, existem leis que regulam a opinião no espaço público. Sou responsável por minhas palavras. Enquanto isso, nas redes sociais, os delitos permanecem impunes.

Sem botar a lei na selva selvagem das redes sociais, estamos condenados a uma guerra desigual entre o estilingue e o canhão. Estamos condenados a correr sempre atrás para provar que a vacina não faz ninguém se transformar em jacaré, que o voto eletrônico não é fraudulento, que as instituições democráticas não impedem os incompetentes de governar, que a covid-19 não é uma gripezinha e que ameaçar de morte uma autoridade ou fazer apologia da ditadura não é liberdade de expressão. Durante o período de eleições, as fake news circulam com mais velocidade. Nós vemos candidatos que só existem em função da mentira. Algumas são tão absurdas que beiram o surreal, mas elas podem mudar o rumo das eleições. O TSE prevê punições para quem incorre nas fake news,

no entanto, as multas são, absurdamente, irrisórias para a gravidade e para o efeito deletério que elas podem causar. Se um candidato acusa a outro, sem provas, de pertencer a uma organização criminosa, a notícia é disparada para milhões de pessoas nas redes sociais e multiplicada muitas vezes em ritmo virtual. E o que acontece? O autor do delito recebe uma punição é risível para os endinheirados partidos políticos. Ele paga a multa com o dinheiro do Fundo Eleitoral, o estrago foi feito na imagem do adversário e o delituoso permanece impune e impávido, pronto para a próxima mentira. É um estímulo ao crime. A mentira não é um mal menor da política. Essa falha na legislação precisa ser sanada para se preservar a democracia.



“Saúde é o maior apelo da população”

Em sabatina na *CNN Brasil*, ontem, governadora apontou prioridades para eventual novo mandato e comentou sobre BRB e educação

» EDUARDO PINHO

Candidata à reeleição, a governadora do DF, Celina Leão (PP), participou de uma sabatina, ontem, na *CNN Brasil* e apontou a saúde como um dos desafios de um eventual novo mandato. Ela também defendeu as medidas adotadas pelo GDF para recuperar o Banco de Brasília (BRB), falou sobre a queda do DF no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e das ações voltadas à população em situação de rua. Para a governadora, a saúde pública concentra as maiores cobranças da população. “Tenho certeza de que aquilo que hoje é o maior apelo da população do Distrito Federal é a área de saúde pública.” Celina afirmou que o governo investe cerca de R\$ 100 milhões na recuperação dos 18 hospitais da rede pública e trabalha para entregar sete novas unidades de pronto atendimento (UPAs). Questionada sobre o Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), Celina

Reprodução/CNN Brasil



“A população quer o atendimento na porta da casa dela, e isso ela terá”, declarou Celina

descartou extinguir a instituição. A proposta, segundo ela, é integrar os sistemas de gestão da Secretaria de Saúde e do Iges-DF: “A população

não está interessada se é Iges ou se é Saúde. A população quer o atendimento na porta da casa dela, e isso ela terá.”

Sobre a crise do BRB e as negociações para viabilizar um empréstimo ao banco, Celina comentou que a instituição permanece sólida, mantém

liquidez positiva e paga os compromissos em dia. “O que o BRB precisa é de uma oportunidade. É atrás disso que eu estou desde quando assumi o governo”, afirmou. Para a governadora, o acordo com outras instituições financeiras será assinado em breve, conforme as tratativas conduzidas no Supremo Tribunal Federal (STF). Ela criticou o que considera uma politização do caso e cobrou uma participação mais efetiva do governo federal. “O que eu estou precisando não é de ajuda objetiva. É simplesmente o aval da União”, declarou. **Ideb** Com relação à queda do DF no Ideb, Celina reconheceu que o resultado precisa melhorar, embora tenha destacado a contratação de quase 16 mil servidores da educação, a construção de escolas e a abertura de vagas em creches. Segundo ela, os critérios de aprovação adotados pela rede pública do DF também influenciam o indicador.

Regras de campanha

Foi dada a largada oficial para as campanhas eleitorais dos candidatos ao Governo do Distrito Federal (GDF). Por enquanto, os políticos podem usar as ruas e a internet para fazer propagandas e conquistar o eleitor. A partir de 28 de agosto, televisão e rádio podem ser utilizados como instrumento das campanhas.

O que é permitido:

- Pedir voto de forma explícita;
- Comícios;
- Uso de alto-falantes de acordo com os limites da legislação;
- Divulgação paga de propaganda eleitoral em jornais, também respeitando os limites da legislação;
- Distribuição de material gráfico como panfletos e santinhos;
- Caminhadas, passeatas e carreatas;
- Fazer lives das campanhas nas redes sociais;
- Utilizar inteligência artificial em situações específicas, de acordo com as regras de transparência previstas pelo TSE, incluindo, um aviso explícito que alguma parte do conteúdo foi manipulado por IA.

O que não é permitido:

- Fazer enquetes relacionadas ao processo eleitoral;
- Impulsionar propaganda eleitoral de cunho negativo, crítico ou de ataque a adversários;
- Eventos com apresentações de artistas, mesmo que não seja oferecido ou cobrado cachê;
- Publicar novos conteúdos com IA nas 72 horas antes da eleição e nas 24 horas seguintes;
- Mensagens automatizadas de IA para recomendar ou priorizar candidaturas e emitir opiniões ou recomendar votos.

Arruda: “Quero fazer mais por Samambaia”

» LUIZ FELLIPE ALVES

No segundo dia de campanha eleitoral, o candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), José Roberto Arruda, fez uma caminhada e carreata com seus apoiadores em Samambaia, ontem à tarde. Durante o evento, o postulante destacou seus projetos para saúde, transporte e educação, e afirmou que os eleitores podem acreditar em sua experiência e competência para governar o DF. O candidato colocou Samambaia como uma parte importante de sua vida, relembrando os tempos em que foi secretário de Obras, entre 1991 e 1994, no governo de Joaquim Roriz. Para um eventual mandato como governador, ele afirmou que pretende continuar trabalhando para aprimorar a região. “A cidade precisa de um hospital melhor, precisa de mais escolas de educação integral, precisa de mais segurança nas ruas e precisa de regularização dos lotes, principalmente da expansão”, afirmou.

Reprodução: Roberto Rodrigues



José Roberto Arruda (PSD) fez caminhada e carreata com apoiadores em Samambaia, ontem

Arruda também afirmou que uma das principais medidas para o aprimoramento da cidade é o transporte público, sobretudo, o metrô.

“O definitivo é levar o metrô até a expansão e construir as linhas interbairros”, disse. Segundo o candidato, onde fica a linha de Furnas seriam

feitas sete pistas que irão passar por cidades como Taguatinga Sul fazendo fronteira com Amiqueira, Águas Claras, Guará e Plano Piloto. “Eu vim

para Samambaia pela EPNB, e às 16h já estava tudo parado. Ou você faz um sistema de mobilidade planejado, ou você só vai construir viadutos, que é a menor distância entre dois engarrafamentos”, completou. Questionado sobre a ação de impugnação contra sua candidatura que foi protocolada junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) pelo candidato a deputado distrital Cláudio Ferreira Domingues (Democrata), Arruda disse que “faz parte do jogo”. O candidato pontuou que o povo precisa escolher o representante que quer. “A democracia é a decisão do povo. Se tem gente que acredita que a saúde com o atual governo está bom, que a segurança está e que os moradores de rua podem roubar à vontade, pode continuar com o atual governo”, pontuou. Ao ser perguntado sobre como iria manejar sua campanha para superar a diferença de votos com a líder Celina Leão, o político afirmou se tratar da “luta entre Davi e Goliás”. “Comigo, eu tenho fé em Deus e o povo. O Davi acabou ganhando”, disse.

Obituário

Sepultamentos realizados em 17 de agosto em 2026

» Campo da Esperança

Graça Maria Ibiapina Sobral, 78 anos
Jervel Jannes, 73 anos
Jorge Alberto Cabral Aude, 68 anos
José Roberto Carneiro, 72 anos
Luiz Gutenberg Lima Silva, 88 anos
Maria Fontineli Barreto, 88 anos
Maria Teodoro dos Santos Cardoso, 75 anos
Mozar Neves de Souza, 67 anos
Ronaldo Ribeiro de Freitas, 84 anos
Valvenagues Martins Borges, 71 anos

» Taguatinga

Amália Mota de Andrade, 87 anos
Diva de Oliveira e Silva, 94 anos
Domício D'Abadia Lobo, 65 anos
Gabriel Silva da Frota, 25 anos
Lucemary Marinho de Souza, 67 anos
Maria Rodrigues dos Santos, 84 anos
Odílio Alves Pereira, 92 anos
Romualdo Martins de Almeida, 80 anos
Zilda Francisca dos Santos, 75 anos

» Gama

Cícero Romério Ribeiro Honório, 55 anos
Maria Ramos da Silva Araújo, 68 anos
Valmir Messias Dourado, 76 anos

» Planaltina

Rui Barbosa de Andrade, 58 anos
Thereza de Jesus Lima, 89 anos

» Brazlândia

Manoel do Nascimento Filho, 61 anos

José Miguel Soares Sampaio dos Santos, menos de 1 ano

» Sobradinho

João da Rocha Arantes, 75 anos
Jardim Metropolitano
Francisca Rodrigues Oliveira Gomes, 74 anos
Ilse Leyendecker de Lima, 86 anos (cremação)

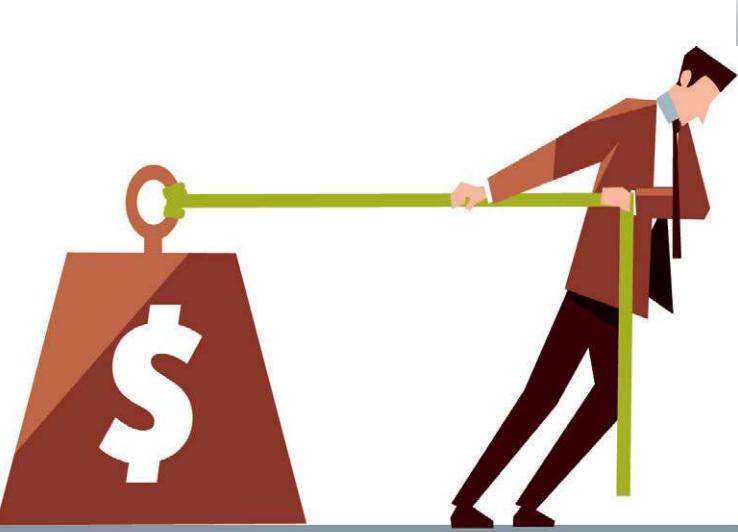


Maestros não sabem como o oboé faz
o seu trabalho, mas eles sabem com
o que o oboé deve contribuir.

Peter Drucker



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube



Pacífico

Banco Central aponta recorde de empresas inadimplentes no país

Cerca de 9,1 milhões de empresas estão inadimplentes no país, segundo balanço da Serasa Experian, divulgado na segunda-feira. O dado é mais um sinal de alerta sobre as dificuldades que vêm atingindo empresas e famílias brasileiras. O Banco Central também apontou que a inadimplência entre as empresas atingiu o maior patamar para meses de junho em nove anos. A grande parte dos CNPJs negativados é de pequenos e microempreendedores, justamente os que têm menos margem para suportar um ambiente econômico adverso.

Endividamento dos consumidores

Ao mesmo tempo, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência (Peic), da Confederação Nacional do Comércio (CNC), vem registrando, neste ano, níveis recordes de endividamento e, especialmente, de inadimplência dos consumidores. Em julho, 82% das famílias estavam endividadas, o que significa menos espaço no orçamento para consumir além do básico. Para o empresário, é um alerta direto: há menos demanda, crédito caro e margens mais apertadas. Consumidores e empresas enfrentam dificuldades ao mesmo tempo, fica evidente.

Setor imobiliário apoia aprovação do aluguel consignado pelo Congresso

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto que permite o desconto do aluguel residencial diretamente na folha de pagamento, criando a figura do aluguel consignado. O texto, que segue agora para o Senado, estabelece que a locação e seus encargos poderão comprometer até 30% da folha de pagamento ou remuneração disponível do trabalhador. Essa modalidade dispensa garantias como fiador e carta fiança. O desconto na fonte poderá ser usado por trabalhadores da iniciativa privada, servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Estimativas da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI) indicam que o aluguel consignado pode alcançar até 20 milhões de pessoas e reduzir em cerca de 4% o custo médio dos contratos.



Reprodução Internet

Benefícios para mais locatários

O projeto também permite somar a margem consignável de mais de um locatário para atingir o valor total do contrato, desde que respeitada a margem individual consignável de 30% para cada pessoa.



Fecomércio/Divulgação

Novos moradores do DF

“Com certeza, um grande avanço para o segmento, uma alternativa importante que nós apoiamos. Aqui, no caso do Distrito Federal, vai ajudar muitos funcionários públicos, por exemplo, ou pessoas que chegam para trabalhar na capital federal sem parentes ou amigos locais e precisam locar um imóvel”, comenta o vice-presidente do Secovi-DF, Ovidio Maia.



AFP



Reprodução Ypê

Marcas mais presentes nos lares brasileiros

A Coca-Cola manteve a liderança geral na edição 2026 da pesquisa Brand Footprint Brasil (marcas mais escolhidas pelos brasileiros) da Worldpanel by Numerator. Mas um movimento chama atenção, porque ocorre em um momento de transformação dos hábitos de compra. A pesquisa aponta recorde de presença das categorias de higiene e limpeza nos lares brasileiros e um avanço da relevância do e-commerce na jornada do consumidor. Nesse cenário, a Ypê manteve a liderança na categoria Limpeza, ampliou sua presença nos lares de 95,6% para 96,3% e vem acumulando indicadores positivos também nos canais digitais. Já OMO caiu posições no ranking das marcas mais escolhidas pelos brasileiros na comparação com a edição anterior (referente ao consumo de 2024 para 2025).

Vendas no e-commerce cresceram

O recente caso de contaminação de um lote de produtos que teve grande repercussão parece não ter abalado a relação com os consumidores. Segundo a Ypê, durante o período de maio e junho deste ano, o número de novos clientes no e-commerce cresceu cerca de 40%.

Três grandes companhias em recuperação judicial

Casas Bahia, Americanas e Oncoclínicas estão em meio à recuperação judicial. Mas estão em momentos diferentes de seus processos de reestruturação. Casas Bahia busca fôlego para melhora operacional e financeira; Americanas tenta mostrar que consegue operar de forma sustentável após a crise que levou à recuperação judicial; e Oncoclínicas acaba de iniciar uma recuperação extrajudicial para renegociar R\$ 5,1 bilhões em dívidas.

ESCOLHA A $\times + - = \%$
ESCOLA DO
 $+ - \times$ **SEU FILHO** 2026



A 20ª edição do Escolha a Escola do Seu Filho chega ainda mais forte, moderna e relevante.

Consolidado como uma das principais vitrines educacionais do Distrito Federal, o projeto evolui para ampliar a visibilidade das instituições de ensino e aproximar escolas e famílias.

Sua escola pode fazer parte dessa iniciativa reconhecida pela credibilidade, alcance e tradição do Correio Braziliense.

Entre em contato com a nossa
equipe comercial e garanta a
presença da sua marca:



Patrocínio:



Apoio:



Realização:



Produção:



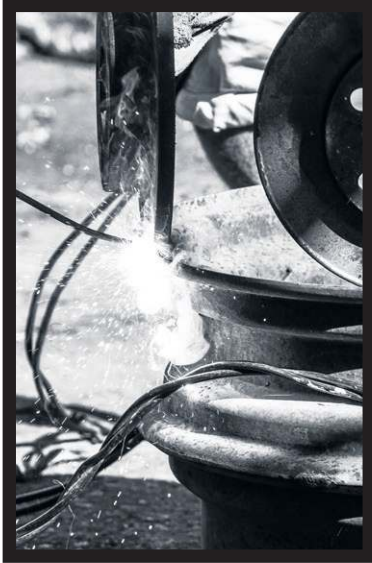
Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Segunda-feira

Memórias e saberes ancestrais

Foto: Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Ogum

Minervino Júnior/CB



Luan Brasil: “Eu acredito que tem muito do meu olhar, mas ele não está sozinho. Foi pensado e construído em comunidade”

Exposição *Olhar Ancestral* do fotógrafo Luan Brasil leva à Biblioteca Nacional registros de religiosidade e coletividade no terreiro de candomblé em que cresceu

Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Balaio

Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Quem Come Quiabo Não Pega Feitiço

Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Omolu

Luan Brasil/Conteúdo cedido ao Correio



Ritual à Onilé

» GABRIELA CIDADE*

Em celebração aos 24 anos de existência do terreiro Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon de Candomblé da nação Efon, o fotógrafo Luan Brasil abriu, ontem, a exposição *Olhar Ancestral*, na Biblioteca Nacional de Brasília. Com o tema “A fotografia como instrumento de memória, identidade e preservação dos saberes ancestrais”, as imagens mostram o sagrado e o cotidiano no território de religião de matriz africana habitado pelo artista, em Brasília.

Luan é fotógrafo, pesquisador e gestor cultural e filho do Babalórísà Veber Ti Soroke e da Iyá Efun Alatundê, sacerdotes do Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon, nome do terreiro, que se traduz do yorubá para “A Casa de Força dos Olhos de Fogo de Soroke”. Luan ocupa um cargo na casa: Egbé Luan Ti Jagun, sacerdote. Para ele, carregar a câmera no meio do cotidiano no qual estava envolvido foi árduo, mas se traduz em gratidão. “É muito gratificante ver esse trabalho adentrando o espaço público, para que as pessoas tenham contato com essa cultura. Com essa religiosidade. A forma de pensar, agir e fazer o cotidiano e a vida dentro do terreiro”, celebra.

A curadoria da exposição contou com três olhares: do Babalórísà Veber, do professor da Universidade de São Paulo (USP), Fausto Viana; e da mestra da USP Maria Eduarda Borges. Para Fausto Viana, a importância do trabalho surge a partir do momento em que se traz o terreiro, espaço muitas vezes vítima de preconceito, para as pessoas conhecerem. Ele afirma que a exposição desmistifica a ideia desse desconhecido. “Está no nosso dia a dia. A cultura negra está envolvida na nossa vida. Você não é de terreiro, mas usa uma língua que é produto da miscigenação que aconteceu neste país. Você come comidas de origem africana”, aponta.

Para os curadores, Luan captou o olhar do dia a dia, como uma senhora cortando quiabo, trabalhando com o neto. Um orixá incorporado. De acordo

com Fausto Viana, isso “tira um pouco do lugar do ‘isso é proibido, isso é escondido’”. De forma unânime, o fotógrafo e a equipe resumem a exposição em um convite à um olhar coletivo pelos mais velhos e mais novos do terreiro e pelos ancestrais.

O artista fortalece essa percepção produzindo arte a partir de quem vive e pesquisa a ancestralidade. Mais profunda que a perspectiva de quem vê externamente, a obra de Luan permite construir uma narrativa de memória. “A gente rememora o passado, para viver o hoje e compreender o presente para podermos esperar o futuro dos que vem depois de nós. Eu acredito que tem muito do meu olhar, mas ele não está sozinho. Foi pensado e construído em comunidade”, conta Luan.

Candomblé efon

O candomblé é uma religião afro-brasileira desenvolvida no Brasil após o processo de tráfico e escravização dos povos africanos durante a colonização. O candomblé se organiza em nações, representando diversos grupos de África. Efon é um desses grupos. As maneiras como os povos de terreiro e da religião transmitem seus conhecimentos é, principalmente, por meio da oralidade.

Segundo dados do Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal, levantamento da Universidade de Brasília (UnB) de 2018, existem, no DF, 330 terreiros de religiões de matriz africana, como o Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon.

Se hoje a exposição leva o terreiro para dentro de uma instituição como

a Biblioteca Nacional, essa trajetória contrasta com um histórico de repressão, intolerância e racismo religioso. Há muito, terreiros de matriz africana no Brasil são alvos de ataques. Para o Babalórísà Veber, a mostra faz um trabalho no combate ao preconceito. “Quando ocupamos os espaços, descobrimos que podemos estar onde quisermos, isso é uma das maiores armas contra a intolerância religiosa”, diz. Ele acredita que a informação é o maior combate à ignorância.

Personagens

Para muitos dos pertencentes do Ilé, a exposição chegou antes mesmo de eles saberem que estavam nela. Boa parte das pessoas fotografadas

por Luan ao longo desses anos — em rituais, no preparo de comida, no cotidiano da casa — ainda não sabem que suas imagens estão exibidas na Biblioteca Nacional. Luan conta que, ao serem avisados, a reação predominante tem sido de surpresa seguida de orgulho e felicidade.

Para além de uma mostra fotográfica, *Olhar Ancestral* propõe o convite a adentrar e permanecer. Transformar em imagem uma memória que se sustenta na oralidade entre gerações. Passados 24 anos de fundação do terreiro, o Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon chega como protagonista da narrativa. Segundo Luan Brasil, a exposição deságua em uma “emancipação na possibilidade de se aceitar enquanto indivíduo de terreiro”. Ele considera esse momento uma autoafirmação de quem se é e do que faz parte.

A exposição *Olhar Ancestral* — 24 anos do Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon, de Luan Brasil, fica aberta até 17 de setembro, no 2º andar da Biblioteca Nacional de Brasília, com entrada gratuita. Escolas e universidades podem agendar uma visita para condução de um arte-educador.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira

Serviço

Olhar Ancestral — 24 anos do Ilé Àsè Òjúnà Soroke Efon

Fotografias: Luan Brasil

Curadoria: Babalorixá Veber Brasil, prof. Fausto Viana (ECA-USP) e mestra Maria Eduarda Borges (ECA-USP)

Data: Até 17 de setembro

Local: Biblioteca Nacional de Brasília – BNB

Realização: Instituto Ojuina e parceiros

ESPORTES

LIBERTADORES Hulk joga para manter o Fluminense vivo e pela meta de ser campeão continental depois de dois vices

Sonho de uma trilogia

VICTOR PARRINI

Hulk poderia ser o Capitão América... do Sul. Foi finalista da Libertadores em 2024 e da Copa Sul-Americana em 2025 a serviço do Atlético-MG, mas perdeu as decisões para Botafogo e Lanús em sequência. Aos 40 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro em busca da trilogia continental, agora com as cores do Fluminense. Só que um Vingador, talvez, não baste. Depois do 0 x 0 no Maracanã, o tricolor precisa vencer o Independiente Rivadavia, hoje, às 19h, em Mendoza, para avançar às quartas de final.

O empate sem gols no Maracanã uma semana atrás deixou a conta simples, mas nada confortável: o Fluminense precisa vencer em Mendoza para avançar às quartas de final. Novo empate leva a decisão para os pênaltis, enquanto qualquer derrota encerra a campanha. O cenário é especialmente delicado porque o Independiente Rivadavia mostrou, no Rio, que não pretende ser mero coadjuvante na aventura tricolor.

O encontro desta terça-feira será o quarto entre os clubes. Os argentinos venceram uma vez e empataram outras duas, considerando também os duelos pela fase de grupos. O Fluminense, porém, se

apega à reação recente. O interino milagreiro assumiu e deu um chacoalhão no time justamente contra o líder do Brasileiro: vitória de virada por 3 x 2 sobre o Palmeiras.

A mudança de ambiente também passou pela confiança. Após a saída de Zubeldía, os jogadores assumiram parte da responsabilidade pelo momento que levou à demissão do treinador. “Eu pedi desculpa ao Zubeldía porque não ajudei como queria. Quando o treinador é desligado, a grande parcela de culpa é dos jogadores. A gente sentiu a saída dele, porque sentiu que poderia ter feito um pouco mais”, reconheceu Hulk.

Em apenas dois treinos, o interino conseguiu recuperar a confiança do elenco antes do duelo com o Palmeiras. “O Marcão conhece tudo de Fluminense. O que ele pediu foi que a gente disputasse. Sempre confiei na gente. Ele elevou a confiança e mostrou que a gente era capaz (de vencer o Palmeiras)”, completou.

Hulk disputa a Libertadores pela quinta vez. Só em uma participação caiu nas oitavas de final: em 2023, diante do Palmeiras. Em 2024, foi vice-campeão com o Atlético-MG. Antes, chegou à semifinal em 2021, quando o Galo foi eliminado pelo próprio Palmeiras pelo critério do gol fora de casa.

Marcelo Gonçalves/Fluminense



Hulk tem 16 gols marcados em 44 exibições pela Libertadores

Em 2022, despediu-se nas quartas de final, novamente diante do rival paulista.

O futuro, porém, é uma incógnita. Hulk tem contrato com o

Fluminense até o fim de 2027, mas estará aos 40 anos na atual temporada, e não há garantia de que disputará a próxima Libertadores. A classificação tricolor para a próxima

edição também está longe de ser assegurada. No futebol, planos mudam rapidamente — e a oportunidade que existe agora pode não se repetir nas mesmas condições.

Oitavas de final

Hoje

19h Indp. Rivadavia x Fluminense

Ida: 0 x 0

21h30 Universidad Católica x Estudiantes

Ida: 1 x 1

21h30 Tolima x Indp. del Valle*

Amanhã

19h Cerro Porteño x Palmeiras

Ida: 1 x 1

19h Coquimbo Unido x Platense

Ida: 1 x 1

21h30 Flamengo x Cruzeiro

Ida: 1 x 1

Quinta-feira

19h LDU x Mirassol

Ida: 1 x 1

21h30 Corinthians x Rosario Central

Ida: 0 x 0

*Jogo de ida, adiado devido ao terremoto na Colômbia

19h

Estádio: Malvinas Argentinas

Libertadores: Oitavas de final (volta)



INDEPENDIENTE RIVADAVIA

Bolcato; Bonifacio, Villalba, Studer e Elordi;

Bucca, Bottari e Florentín; Matías Fernández;

Alex Arce e Maximiliano Salas

Técnico: Alfredo Berti



FLUMINENSE

Fábio; Guga, Ignácio, Thiago Silva e Renê;

Martinelli e Hércules; Canobbio,

Acosta e Soteldo; Hulk

Técnico: Marcão

Transmissão : ESPN e Disney+

Árbitro : Andres Rojas (COL)

SUL-AMERICANA

São Paulo joga por vaga e para espantar má fase

É importante que o São Paulo não sofra gols na décima partida sob o comando de Dorival Júnior. O empate por 1 x 1 com o Bolívar, na altitude de 3.650 m de La Paz, obriga o Tricolor a vencer. Novo empate leva a decisão para os pênaltis; derrota representará a terceira eliminação em mata-mata na temporada, após as quedas no Paulistão e na Copa do Brasil. SBT, ESPN e Disney+ transmitem.

O problema é que o São Paulo teve a defesa vazada em oito dos nove jogos com Dorival. A única exceção foi a vitória por 2 x 0 sobre o modesto Boston River, na fase de grupos da Copa Sul-Americana. São 10 gols sofridos. A atenção precisa ser redobrada, sobretudo no segundo tempo.

Os erros têm custado caro. Todos os 10 gols sofridos saíram após o intervalo: aos 12, 18, 3, 48, 46 e 36 minutos, entre outros momentos. A dificuldade também aparece na quantidade de formações defensivas testadas por Dorival: foram oito linhas de quatro diferentes em nove partidas. A única repetida teve Lucas Ramón, Arboleda, Osorio e Wendell.

Para hoje, o quarteto deve ser formado por Lucas Ramón, Arboleda, Domingos Duarte e Wendell. Do meio para frente, Pablo Maia,

Erico Leonan/São Paulo



Apesar de sequência ruim de resultados, Dorival não balança no cargo

Bobadilla e Marcos Antônio; Ferreirinha, Luciano e Calleri.

Dorival está ciente da deficiência e admite estar em dívida com a torcida. “Estou em débito com o torcedor e tenho ciência disso, mas estamos trabalhando muito para que seja revertido. E o torcedor sabe que tem uma pessoa aqui muito preocupada com a situação, mas muito confiante de que isso pode mudar”, destacou após o empate por 1 x 1 com o Coritiba pelo Brasileiro.

Se vencer, o São Paulo terá pela frente o Boca Juniors, em um duelo que reúne nove títulos de Libertadores. As equipes não se enfrentam desde as oitavas de final da Copa Sul-Americana de 2007. Os argentinos estão em vantagem diante do Deportivo Recoleta após a vitória por 3 x 1 no jogo de ida e, hoje, às 19h, podem perder por até um gol de diferença no Defensores del Chaco, em Assunção, no Paraguai. (VP)

Giro esportivo

Minas Panagiotakis/ Getty Images via AFP



João Fonseca em ação

João Fonseca, 26º do ranking mundial, encara o australiano Christopher O’Connel (129), ao meio-dia, pela terceira rodada do Masters 1000 de Cincinnati, com transmissão da ESPN e do Disney+.

Divulgação



Caça às bruxas na Fifa

O francês Kevin Lamour foi demitido do cargo de diretor de operações da Fifa, duas semanas após criticar o plano do presidente, Gianni Infantino, de buscar investimento privado em competições.

Juan Mabromata/AFP



Barcelona em alta

Melhor jogador da Copa de 2026, o volante Rodri assinará por quatro anos com o Barcelona, depois de sete temporadas pelo Manchester City. O lateral português João Cancelo fechou com o clube catalão até 2029.



AMBIENTAL

CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

A SOLUÇÃO PARA AS PRAGAS DENTRO DE SUA CASA

COMERCIAL - INDUSTRIAL - RESIDENCIAL



- DESINSETIZAÇÃO;
- DESRATIZAÇÃO;
- DESCUPINIZAÇÃO;
- CONTROLE DE INSETOS ALADOS;
- LIMPEZA DE ESPELHOS D'ÁGUA;
- LIMPEZA DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUAS POTÁVEL.



(61) 3364-4050

chama
-no-
ZAP

61 98167-9999



Facebook @classificadoscb